2 Por um rio de memória

Figura 1 - Maria de Lourdes no balanço

“Entre os atributos mais surpreendentes da alma humana”, diz Lotze, “está, ao lado de tanto egoísmo individual, uma ausência geral de inveja de cada presente com relação a seu futuro”. Essa reflexão conduz-nos a pensar que nossa imagem da felicidade é totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissolivelmente ligada à da salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existe, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

(Walter Benjamin, 1994, p.222)

2.1

O apelo de Maria de Lourdes Souza, a Toquinha

Conheci Maria de Lourdes Souza, a Toquinha, em 1997⁴. Na manhã de 3 de dezembro, Luana, mãe de Natalie, uma aluna da escola em que eu trabalhava, me fez um convite que me colocaria mais tarde nas trilhas da memória de uma pequena roça em Minas Gerais: o Córrego dos Januários. Ao saber do meu interesse pela formação de babás e berçaristas⁵. Luana me chamou para o lançamento de um livro de contos, crônicas e poesias em que Maria de Lourdes, que a ajudara durante muitos anos a cuidar de sua filha, fazia parte como escritora.

Ela me falou de Toquinha com muito carinho e admiração. Fiquei imediatamente empolgada com a possibilidade de conhecer uma babá-escritora, que exercia a paixão pela literatura, pela escrita, e fui conhecê-la. Conversamos um pouco. Falei-lhe do meu trabalho e de como me sentia feliz por estar ali. Parecendo ao mesmo tempo contente e surpresa pelo interesse que eu visivelmente demonstrava, ela me contou que nascera no interior de Minas, no município de Inhapim, onde vivera até o início da vida adulta. Depois veio para o Rio de Janeiro, onde trabalhou primeiro como professora na educação infantil e no Ensino Fundamental, e depois na casa de Luana e Natalie, que incentivavam muito a sua intensa relação com a palavra.

Naquele mesmo dia li a crônica “Amor de viajante”, incluída no livro, e logo fiquei seduzida pela escrita sensível e poética de Maria de Lourdes. Telefonei para lhe transmitir minhas impressões. Depois disso passamos alguns meses sem contato, até que em meados de 1998 ela me ligou dando as boas novas: estava terminando de escrever seu primeiro livro de contos! Pedia-me para lê-lo e, se possível, fazer um comentário por escrito para entrar na contracapa do livro.

Aceitei a proposta sem hesitar e me encantei com a beleza daqueles textos, inspirados na sua infância vivida no Córrego dos Januários. O livro *Dicionário de Lembranças*, com prefácio de Ziraldo, foi lançado em dezembro de 1998.

⁴ GUSMÃO, Denise, 2004, p. 24-32.

⁵ Nesta época, eu estava terminando de escrever uma monografia para a conclusão do curso de Especialização em Educação Infantil na PUC-Rio, em que estudava a qualificação do profissional de creche tendo como foco a formação das auxiliares e berçaristas. Ver: GUSMÃO, Denise Sampaio. Formação do profissional de creche: dialogando com auxiliares e berçaristas. In: KRAMER, Sonia *et al.* (Orgs.). *Educação Infantil em Curso*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

A jovem que deixou a roça em 1987, muito sofrida com a morte dos pais, veio morar no Rio de Janeiro, mas manteve os laços com suas raízes, tornando-se uma escritora das “roças de Minas”. Ela aos poucos compreendeu que, ao sair do povoado, foi possível vê-lo à distância e dar-lhe ainda mais valor. Por isso não foi difícil perceber sua missão diante da ameaça que pairava sobre o destino dos Januários.

Em 1999, vimo-nos poucas vezes. Reencontramo-nos alguns meses depois, quando organizei um sarau na minha casa para a leitura de contos e poesias. Maria de Lourdes trouxe os seus contos mais recentes. A partir daí estabeleceu-se maior contato entre nós, e entre ela e um grupo de amigos meus. Alguns deles já conheciam seu livro. Todos gostávamos particularmente de um dos contos, chamado “Felicidades – Um passeio à beira-mar”, inspirado na convivência de Maria de Lourdes com sua Tia Fiinha (D. Felícia, personagem principal do conto); esse conto nos tocou e toca profundamente.

No final de 2000, Toquinha me procurou. Tinha voltado recentemente do Córrego dos Januários e estava preocupada, pois a casa de D. Felícia, que já havia falecido há algum tempo, ameaçava ruir. Ninguém sabia quanto tempo ela ainda ficaria de pé, e Toquinha se dava conta de que não possuía nenhum registro da casa que havia sido sua fonte de criação. Além disso, começava a notar que os contadores de histórias estavam envelhecendo, e tinha medo de que as histórias morressem com eles, já que cada vez menos se contavam histórias por lá.

Pensei então em ir junto com ela até o Córrego, para fotografarmos e filmarmos a casa de D. Felícia e gravarmos as histórias de Seu Agenor, talvez o mais antigo e importante contador de histórias da região, morador de Inhapim. Fiquei sabendo que inhapim é o nome de um pássaro que vivia por lá há muitos anos e deu nome à cidade. Só que hoje já não se vê mais o inhapim naquela região, e ele faz parte da lista dos pássaros em extinção.

Ouvindo Maria de Lourdes contar tudo aquilo, comecei a achar que era coisa demais ameaçada de desaparecer.

A idéia de ir a Minas mexeu com nosso grupo de amigos, pois a casa de D. Felícia já integrava o nosso imaginário. Assim, conhecer o Córrego dos Januários, palco de *Dicionário de Lembranças* e cenário de onde brotou a matéria-prima de seus contos, era uma idéia muito atraente.

Começamos então a planejar a viagem. Decidimos que iríamos gravar, fotografar e filmar o que ela quisesse. Como nenhum de nós tinha experiência em filmagem, convidamos um amigo que trabalha com vídeo no Rio Grande do Sul para nos acompanhar. Brenno logo se envolveu com a idéia, falando-nos da necessidade de elaborar um roteiro, e pediu que lhe mandássemos o livro *Dicionário de Lembranças*.

Em razão disso, em fevereiro de 2001 a escritora resolveu ir novamente até o Córrego dos Januários contar nossas intenções à comunidade. Antes de viajar, pedi-lhe que fizesse a seguinte pergunta a alguns moradores de lá: “Há alguma coisa, além do pássaro inhapim, ameaçada de extinção por aqui?” Pedi também que ela gravasse as respostas, pois eu estava intrigada com o tema, que se delineava aos poucos em minha mente. Afinal, iríamos fazer registros de vozes e imagens porque muita coisa ali estava ameaçada de desaparecer, e eu me perguntava o que pensavam os moradores do lugar. Queria saber se também eles percebiam costumes pouco a pouco sendo esquecidos, como Maria de Lourdes constatava, ou se tinham outra percepção dessa realidade. Fiquei aguardando o seu retorno, esperando que essas falas nos dessem pistas, mostrassem rastros e apontassem as trilhas que deveríamos seguir.

E foi exatamente o que aconteceu. Ela voltou contando que conversou com algumas pessoas e todos notavam que a convivência estava cada vez mais rara:

***Argeu (46 anos):** Nos tempos passados o meu pai te visitava, visitava o seu pai. Quando meu pai chegava na sala ficava conversando com seu pai. Minha mãe passava pra cozinha e ia conversar com sua mãe, a comadre lá. E os meninos, suas irmãs e meus irmãos, iam pro terreiro brincar. A comadre pra comadre, o compadre para o compadre, né? E isso acabou. Às vezes a televisão, uma novela tirou isso.*

***Juca (45 anos):** Naquela época não tinha TV, não tinha nada. Começava ir na casa dos parentes, vamos supor o compadre, amigos. Depois começou a aparecer os rádios, e já começou as dificuldades. Lembro quando o Tio Isalino comprou rádio. Ia todo mundo lá pra casa do Tio Isalino assistir aquele programa caipira. Já começou a afastar um pouco as visitas. As visitas familiares começaram a diminuir um pouquinho por causa do rádio, né? O rádio começou a atrapalhar o convívio. Aí depois apareceu a televisão, aí que descambou mesmo.*

Ouvindo Toquinho falar, notei que os adultos hoje na faixa de 30 a 50 anos tinham vivido intensamente as brincadeiras, histórias e cantigas de roda, e lembravam o quanto era comum uns visitarem os outros e estarem juntos numa dança ou ouvindo uma história, como nos conta Seu Agenor, 70 anos:

(...) *A gente lembra, a gente tem saudade. A gente morava tudo junto assim. À noite assim, no tempo de frio tinha sempre um fogo assim na cozinha, na beira do fogão. Sentava ali, Maria costumava fazer uns bolinhos pra nós, uma broa, e aí eu contava história pra eles. Contava muita história. Mesmo fora assim, eles me chamavam pra contar. Mas depois foi acabando tudo, a televisão foi montando em cima. (...) Fica tudo entretido com a televisão, essa bobajada, e num pede. Se o sujeito pedir, vai lá contar uma história, é pra prestar atenção, né? Prestar atenção naquilo, botar sentido. Mas a gente contar uma história, outro tá contando um caso ali, num tá prestando atenção.*

Fiquei então sabendo que a luz elétrica só chegara no Córrego dos Januários em 1984⁶, mudando sensivelmente a partir daí a vida da comunidade. Isso explicava por que Toquinha, com 41 anos em 2009, tinha vivido uma infância tão intensa em costumes e tradições.

Toquinha: *Percebi a necessidade de fazer alguma coisa pelo Córrego dos Januários porque nas minhas viagens de férias em que eu ia para lá, já morando no Rio de Janeiro, eu sentia que aquele lugar tinha uma importância grande demais para mim. Eu nunca consegui ficar mais de um ano sem voltar lá. Ali estavam minhas histórias, minhas referências, minha família, mesmo sem os meus pais. E eu sentia que as nossas histórias precisavam ser contadas. Nossa simplicidade tinha um enredo que me constituía, e deixar aquilo se acabar ou perder a importância era como eu perder a minha própria essência. Foi um sentimento com o qual eu não conseguia lidar, pois ficava só o sentimento de impotência. Eu via as coisas acontecendo e não conseguia fazer nada. O isolamento e a tristeza das pessoas eram muito evidentes. As pessoas estavam muito descontentes, e muitos que moravam fora diziam que não queriam mais ir lá porque não encontrariam mais as pessoas mais velhas, com quem tinham ligações afetivas, e as casas, as histórias estavam acabando. O elo entre eles e o Córrego estava se partindo. E eu também me sentia assim, mas havia algo que me pedia para reagir. E eu não sabia como. Toda a nossa referência afetiva passava pelo aspecto cultural, pelo menos na minha percepção. As queixas eram: não tem mais as pessoas mais velhas, não tem mais forró, ninguém toca mais sanfona, as rezas estão desanimadas e com pouca gente na capela, a gente não se visita mais, estamos muito isolados. E a questão ambiental se colocando de forma muito evidente com a diminuição das águas, das matas e a diminuição da água do córrego que estava, e ainda está, poluído com o despejo de esgoto. Eu ouvia muitas queixas de depressão, de pessoas sendo medicadas. Eu também já não estava querendo mais ir lá. E foi aí que me deu medo de perder a minha própria história. Eu tinha visto e vivido coisas tão bonitas ali que era muito difícil admitir que aquilo morreria com meu distanciamento de lá. Eu sei que foi fundamental ter saído de lá para perceber essa transformação. Cada vez que eu chegava me sentia sozinha lá, não tinha muita afinidade com meus primos, parecia estar incomodando. Eu percebia como era diferente quando meus pais eram vivos e chegava um dos irmãos do meu pai ou da minha mãe, ou outra visita. Quando chegava visita na nossa casa era uma alegria imensa. Minha mãe cozinhava comidas mais gostosas, preparava a casa para recebê-los, tudo dentro da nossa simplicidade. A nossa casa era lugar de muita visita, mesmo das pessoas da*

⁶ Em 12 de outubro de 1984, Toquinha pronunciou o discurso que saudou a chegada da luz elétrica no Córrego dos Januários.

comunidade. Depois que eles morreram isso acabou. E isso era muito difícil para eu entender. Fazia-me falta aquela atmosfera afetiva. E passava pela necessidade do encontro, de estar junto de pessoas queridas. E essa transformação maior se deu com a chegada da luz elétrica, e isso me intrigava demais. Eu acreditava que nós teríamos que aprender a conviver com o progresso sem sermos engolidos por ele.

Toquinha, que em 1984 esteve não só presente no evento que marcou a chegada da luz elétrica nos Januários mas também escreveu e pronunciou o discurso, olhava criticamente para as conseqüências da luz no Córrego. Começava a emergir a dicotomia luz e calor tão presente na arqueologia da memória do povoado mineiro.

No final de abril de 2001, eu e um grupo de amigos composto por Claudia Bandeira (historiadora e educadora), Deborah Alexander (analista de sistemas), Deodato Rivera (escritor e filósofo) e Brenno de Britto (cinematógrafo) viajamos a Inhapim para nos juntar a Toquinha em busca do registro da memória do Córrego dos Januários, que parecia estar lentamente escapando dali.

Toquinha organizou com a comunidade um fim de semana de reencontro com as tradições. No sábado, logo que amanheceu, percebemos que a quietude do vale começava rapidamente a se transformar. Muitas pessoas da família de Toquinha moram em outras cidades das redondezas e vieram para o Córrego dos Januários participar das atividades. Toquinha ficou muito feliz com o envolvimento de todos, pois muito do que iríamos viver ali naqueles dois dias já não acontecia há muito tempo.

Nesses dois dias registramos a fornada de broas, a contação de histórias do Seu Agenor debaixo da mangueira, as danças e cantigas de roda em que os mais velhos lembram aos mais novos versos e rimas, diante dos olhares encantados das crianças ao verem adultos também brincando de roda. Assistimos a D. Silvia contar para a comunidade a história do lugar, de como chegaram e como viviam os pioneiros. Para ilustrar a sua narrativa, ela mostrava objetos antigos como as cumbucas de coité e as lamparinas com óleo de mamona. D. Hilda, que quase nunca saía de casa, veio mostrar a todos como se fiava algodão – imagem de uma beleza poética difícil de captar e de esquecer.

A fornada de broas no forno de barro foi linda. As mulheres mais velhas reunidas, em clima de celebração, iam fazendo a massa das broas e dos biscoitos de polvilho, lembrando histórias antigas das festas de casamento, quando era tão

comum esse ritual. Encantados pelo fogo e pelas forminhas de folha de bananeira que aprendemos a fazer para ajudá-las a colocar a massa, tentávamos captar as belas imagens que iam se desenhando. Observando aquela cena se desenrolar diante do olhar das crianças e das mulheres mais jovens, que viam aquela tradição pela primeira vez, eu pensava que aquele ritual possibilitava o encontro, a partilha de histórias e experiências que, se não fossem narradas, corriam o risco de se perder. E teve ainda o forró, regado a muita broa e café, com a música dos velhos violeiros da região. Não podíamos sequer sonhar que a quietude daquele vale guardasse tantas tradições e beleza, tanta pulsação...

- Figura 2 - D. Silvia contando a história da Família Januário
 Figura 3 - Dedé assando broa no forno de barro
 Figura 4 - D. Hilda fiando algodão
 Figura 5 - Peneira com massa de broa
 Figura 6 - Seu Agenor contando história debaixo da mangueira
 Figura 7 - Os violeiros José Geraldo, Adão e Joaquim Firmino

Como imaginar que naquele lugarejo circularia a dor e a queixa pela falta de convivência? Mas uma cidadezinha é uma cidadezinha, e é preciso compará-la a si mesma, e não a um grupo de outra natureza (Halbwachs, 2004, p.124). Toquinho constata mudanças que certamente não seriam percebidas por um forasteiro que rapidamente se encantaria com o acolhimento e a estética simples e poética do Córrego. A escritora, que comemorou a chegada da luz, adverte: “A memória do meu lugar está se perdendo.” E é com essa advertência que Toquinho, a meu ver, assume um lugar de sujeito que não quer se alienar mas, ao contrário, quer agir no mundo. E para isso pede ajuda.

Penso que os escritos de Benjamin (1994) sobre o conceito de história se tornam impressionantemente visíveis aqui:

(...) O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, fomos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo (p.223).

A tese II de Benjamin, como todas as demais teses sobre o conceito de história, se orienta ao mesmo tempo para o passado – a história, a rememoração – e o presente: a ação redentora (Löwy, 2005):

A redenção é uma tarefa revolucionária que se realiza no presente. (...) “Éramos esperados na terra” para salvar do esquecimento os vencidos, mas também para continuar e, se possível, concluir seu embate emancipador. (...) A redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas. Não há um Messias enviado do céu: somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela do poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la (p.51-53).

Em julho de 2002, voltei ao Córrego dos Januários como pesquisadora. A experiência vivida naqueles dias de abril de 2001, em diálogo com reflexões teóricas que me acompanhavam, gerou o projeto da dissertação de mestrado. Eu possuía ainda um acervo de imagens fotografadas por mim naqueles dias. Percebemos que a nossa presença com a filmadora e a máquina fotográfica reforçava o reconhecimento de experiências, que iam sendo ressignificadas e percebidas como manifestações de valor cultural e humano. A tecnologia de registro que trazíamos tornava-se então aliada das pessoas e da liberdade de

criação e expressão, ajudando a revelar marcas da identidade e da singularidade daquele lugar e de sua gente. Assim, retornei a Minas para apresentar o projeto de pesquisa à comunidade e fazer uma exposição das fotografias, um varal de contos e imagens do Córrego dos Januários, retomando o fio da história e tendo como objetivo futuro criar um espaço cultural para o acervo.

Tínhamos consciência, eu e Toquinho, de que chegar a esse acervo permanente demandava um processo. Para compreendermos por que a memória e os valores dali corriam risco de desaparecer, era preciso seguir os rastros, as pistas, ouvir as pessoas, envolvê-las também na busca. Entendendo a fotografia como linguagem e narrativa, eu pretendia ouvir o que as fotos evocavam e o que essas narrativas iam aos poucos compondo da história. Mais do que fatos e datas, sentia que precisava estar atenta aos fragmentos, aos diálogos que iriam se constituir, à medida que essas imagens iam sendo mostradas. A escuta e o olhar compõem a metodologia de uma pesquisa que busca, por meio de fragmentos, estilhaços, ruínas (Kramer & Jobim e Souza, 2003), compreender o que o “mundo moderno” tem feito da história e dos valores essenciais dos Januários.

Figura 8 - Toquinho e Denise
 Figura 9 - Marcelo e Dayane
 Figura 10 - Dionísio, José do Carmo e Norton
 Figura 11 - Fabiane e Brenda

Narrativa e memória são conceitos que se entrelaçam. Mas o que fala Benjamin da memória?

A memória é a mais épica de todas as faculdades. (...) Mnemosyne, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. (...) A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades de forma épica. Entre elas encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstraram todos os outros narradores, principalmente os orientais. Em cada um deles vive uma Sherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando (Benjamin, 1994, p.211).

Sherazade, a tecelã das noites (Menezes, 1995), domina a arte de narrar, e com a ajuda da memória vence a morte. Segundo Bosi (1994), “quando Sherazade contava, cada episódio gerava em sua alma uma história nova; era a memória épica vencendo a morte em mil e uma noites” (p.90).

Conhecemos a história de Sherazade: de como sua coragem, astúcia e delicadeza imprimem em sua narrativa uma força e um poder capaz de vencer o tirano e de curá-lo. É o que nos diz Menezes (1995) em seu belíssimo ensaio “Sherazade ou do poder da palavra”:

E assim, noite após noite, Sherazade vai, com a ajuda da Memória conduzindo adiante o fio de suas histórias: vai tecendo as narrativas. Não é um fio linear: é uma trama. Infundável, infinita. (...) Se Sherazade tivesse oferecido ao Sultão só o seu corpo, ela teria sido executada, logo após a primeira noite: foi o que todas as suas antecessoras fizeram, e todas pereceram. E Sherazade salva não apenas a si própria e a todas as mulheres em idade de casar do seu povo: ela salva também o Sultão: ela o cura de sua ira patológica e assassina, e possibilita a ele uma descendência. A persistir no seu plano cruel e genocida, o sultão se privaria para sempre de amar, e de filhos. Sherazade oferece a ele o tempo e, junto com as suas histórias, a História (p.55-56).

Há um outro poder que emerge da narrativa de Sherazade. Não o poder tirânico e algoz, mas o poder de sermos sujeitos da e na história. O poder que vence a submissão, que desoprime, que liberta, e por isso cura.

É a narrativa que possibilita o encontro futuro (Menezes, 1995). Toquinho quer contar a história de seu povo para que ela não morra. Ora, o que faz com que a história dos Januários possa não vir a ser mais contada? Quem, ou o que, é o terrível algoz que ameaça esse povoado?

Aqui estão em risco a própria arte de narrar e até o direito de continuar contando histórias. Menezes (1995) dá a dica: “Sherazade ou do poder da palavra”. Para curar o esquecimento que assombra e oprime, é preciso recuperar a palavra! É preciso, portanto, escavar as reminiscências que dormem naqueles solos de Minas, as quais se perderam mas deixaram pistas...

Toquinho busca nas reminiscências de uma infância vivida no Córrego dos Januários inspiração para escrever seus contos. É o diálogo da menina com a escritora que não deixa que se apaguem os rastros marcados pelas lembranças de sua meninice. Reconhecendo o valor dessas experiências, ela sente o desejo de transmiti-las.

Toquinho: Quando eu pensava em ser escritora eu queria escrever as minhas histórias, registrar nossos costumes, e já tinha uma preocupação de que as pessoas entendessem minha inquietação, e eu sabia que não adiantava ficar falando que precisávamos mudar, que tínhamos que reagir, mas precisava mostrar as nossas histórias, fazê-los perceber o quanto de vida tínhamos ali precisando ser preservada. Que as casas antigas não eram apenas casas velhas precisando serem

substituídas, mas lugares onde viveram pessoas importantes para nós, que nos ensinaram muito e que a própria arquitetura era histórica. Ali foi construída uma família com muita vida para contar. Mas quem iria fazê-lo? Quem se disporia a registrar a memória de um povo que não figurava na política, nem na literatura, nem era de muitas posses, como diria meu pai?

Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta, nos diz Michael Pollak (1989, p.6). A dor que Toquinho anuncia é a dor do esquecimento do seu povo. Seu apelo é um apelo de memória. Coloquei-me na escuta não só da dor mas também da vida, e encontrei na literatura de Maria de Lourdes Souza o poder da palavra.

Toquinho: O meu Dicionário de Lembranças foi organizado pensando nisso. As histórias precisavam contar a minha história, e de um jeito que emocionasse, que fosse bonito, mesmo que às vezes duro, como no conto “Simplesmente amor”, que fala da morte dos meus pais. Da beleza singela do amor deles e da dor da despedida eterna. E eu fiz questão de fechar o livro com o “Felicidades, um passeio à beira-mar” por acreditar que assim o livro se fechava mostrando uma possibilidade de mudança. A lição de felicidade escrita ali poderia, quem sabe, sensibilizar para a transformação.

A consciência de Toquinho e sua relação com a escrita e com a literatura me lembram o pensamento de um escritor por quem ela e eu temos profunda admiração:

Que processo de mudança pode impulsionar um povo que não sabe quem ele próprio é, nem de onde vem? Não sabendo quem é, como poderá saber o que merece ser? Não poderia a literatura ajudar a que, direta ou indiretamente, uma tal revelação fosse efetivada? Penso que a possibilidade de contribuição dependerá em grande parte do grau de intensidade da comunhão do escritor com as raízes, os movimentos e o destino de seu povo; dependerá também de sua sensibilidade para perceber as batidas, o som e o ritmo da autêntica contracultura em ascensão. Muitas vezes, o que se considera “incultura” contém sementes ou frutos de uma “outra” cultura, que enfrenta a cultura dominante apesar de não ter seus valores nem sua retórica. É costume desprezá-la, erradamente, considerando-se uma mera repetição degradada de produtos “cultos” da elite ou dos modelos culturais que o sistema fabrica em série; entretanto, uma historinha de cordel é freqüentemente mais reveladora e valiosa do que um romance “profissional” – o pulso da vida real se sente com mais força em certos versos anônimos do cancionero popular do que em muitos livros de poesia, escritos no código dos iniciados; os testemunhos do povo, que expressam suas lamentações e esperanças de mil maneiras diferentes, são em geral mais eloqüentes e belos do que obras escritas “em nome do povo” (Galeano, 1978, p.19).

Figura 12 - Toquinha presenteando Eduardo Galeano com seu livro *Dicionário de Lembranças* (PUC-Rio, novembro de 2008)

2.2 Lembranças de tapera

Figura 13 - Tia Fiinha (D. Felícia)

Dorvalina: A gente chegava lá e a Tia Fiinha sempre tinha uma broinha na panela, um doce de mamão... E ela era assim, qualquer pessoa que chegava lá era aquele jeito de tratar. E, minha filha, ela largava o que tava fazendo lá pra vir conversar com a gente. Era bom demais, né?

O eixo principal deste trabalho é o tema da memória. Como disse anteriormente, nossa perspectiva teórica em torno do conceito de memória se dá

no campo da teoria crítica da cultura, tendo o filósofo Walter Benjamin como nosso principal interlocutor. Mas é também a partir da teoria da memória do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) que nos deslocaremos por esse eixo.

A questão central na obra de Halbwachs consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre com base em uma memória coletiva, pois todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

A concepção de memória em Halbwachs é uma ruptura com a visão da memória como um fenômeno íntimo e individual. A memória, destaca o sociólogo nas décadas de 20-30, deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (Pollak, 1992, p.201).

Ao longo de toda a sua obra, Halbwachs destaca o caráter social da memória, pois para o sociólogo o indivíduo, mesmo quando está só, se recorda através de memórias que não são só suas. Para lembrarmos, segundo a tese defendida por Halbwachs, é necessária a memória coletiva, isto é, a memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos (Santos, 2003).

A obra de Maurice Halbwachs é inegavelmente uma das que mais contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva. Um de seus grandes méritos foi ter escrito sobre memória coletiva numa época em que a memória era compreendida primordialmente enquanto fenômeno individual e subjetivo. O sociólogo afirmou, há mais de 70 anos atrás, que indivíduos só se lembram de seus passados à medida que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Além disso, também foi ele quem enfatizou que tudo o que nós lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Embora hoje essas sejam premissas amplamente aceitas, elas surgiram em um período em que o tema da memória era ignorado pela antropologia, pela sociologia e até mesmo pela história. Marcel Proust, William James e Sigmund Freud, contemporâneos de Halbwachs, estavam todos a sua maneira voltados para o estudo da memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente fundada em características subjetivas (Santos, 2003, p.35).

Para Halbwachs (2004), a memória se dá não como um retorno a um passado intacto, mas como um processo de reconstrução desse passado, feito a partir de dados do presente.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções

feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (p.75-76).

A memória como elemento constitutivo da identidade não é apenas individual, mas sobretudo coletiva, pois Halbwachs (2004) diria que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (p.55).

A memória é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992). Mas para que esse sentimento de identidade e pertencimento não esfaleça, é necessária uma “comunidade afetiva” (Halbwachs, 2004, p.38). O afastamento do grupo e dos pontos de concordância com as memórias dos indivíduos que a compõem geraria o esquecimento. No entanto, afirma Halbwachs:

(...) Uma vez que a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, a medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem, ela não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio, muda sem cessar. É, aliás, difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se decididamente deixou a consciência do grupo, preciosamente porque, basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali (Halbwachs, 2004, p.89).

É também Halbwachs (2004) quem chama a atenção para uma necessidade que a memória tem de se “descarregar” quando o grupo social entra num novo período de existência:

Tudo se passa aparentemente como se a memória tivesse a necessidade de se descarregar, quando aumenta a quantidade dos acontecimentos de que deve se lembrar. Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda a sua extensão. É quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua subsistência (p.129).

A maior ameaça vivida pelo pequeno povoado das Gerais é a de que, esquecido de sua história, ele não possa mais contá-la. A partir de 1984, a luz elétrica introduziu na comunidade um novo tempo saudado por Toquinha. Mas é a mesma Toquinha que adverte e sente que é preciso “descarregar” a memória do povoado antes que ela desapareça.

Pelo contato com os mais velhos, com os avós, as crianças recuam a um passado mais remoto e recebem um legado de tradição (Halbwachs, 2004). Em nossa metodologia provocamos essa aproximação entre as gerações, como veremos ao longo de todo o trabalho.

Ecléa Bosi (1994) dedicou a Maurice Halbwachs, morto em 1945 no campo de Buchenwald, sua valiosa obra intitulada *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Em diálogo com a perspectiva teórica de Halbwachs, ela chama a atenção da memória como função social dos mais velhos, pois a velhice é o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Bosi (1994) nos diz que “memória é trabalho” e que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Quando o idoso lembra ele não está descansando, mas sim se ocupando consciente e atentamente da substância de sua vida. Mas, para que a função social do idoso se expresse no coletivo, é preciso que ele encontre uma escuta, pois

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época ao alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (Bosi, 1994, p.82).

Toquinha, ao se distanciar de sua terra, adquire outra perspectiva. Sabe da importância dos mais velhos, das casas, das histórias para a memória coletiva de seu povo, e sofre pela dor do esquecimento que percebe tomar conta cada vez mais de seu lugar, pois

(...) A memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas

bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado (Bosi, 2003a, p.70).

Em todas as viagens que fiz a Minas, Toquinho me acompanhava, e ficávamos hospedadas na casa de D. Zilmar ou D. Oscarina. Eu sempre caminhava pelo Januários com minha máquina fotográfica, um gravador e um bloco. Escrevia mais com a câmera do que com a caneta, e logo compreendi que caminhar naquela roça significava ficar em permanente estado de escuta. A qualquer instante alguém poderia vir pedir-me para fotografar sua casa, sua família, ou ainda se oferecer para me apresentar um novo lugar que pudesse ser registrado por minhas lentes para o acervo coletivo. Percebendo nosso interesse e disponibilidade para ouvir e registrar a história e o cotidiano, trazendo para o foco lugares tão familiares e às vezes tão esquecidos, Toquinho e eu íamo-nos tornando interlocutores da memória daquela gente.

Michael Pollak (1948-1992), em conferência realizada no Brasil em 1987, “Memória e identidade social”, destaca a existência de três elementos constitutivos da memória: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ser os vividos pessoalmente, mas também aqueles vividos “por tabela”. Estes últimos são parte da coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, e que Pollak (1992) denomina de “memória herdada”:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (p.201).

Segundo Pollak (1992), a memória é composta ainda por personagens encontrados ao longo da vida e também por aqueles que, em contato “por tabela”, se transformam em pessoas quase conhecidas. Assim como ocorre com os acontecimentos, os personagens podem ou não fazer parte do mesmo espaço – tempo da pessoa ou do grupo.

Além de acontecimentos e personagens, Pollak (1992) destaca uma terceira categoria constitutiva da memória: são os lugares ligados às lembranças pessoais e

também lugares de apoio da memória pública como locais de comemoração e monumentos:

Os monumentos aos mortos podem, por exemplo, servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. (...) Locais muito longínquos, fora do espaço tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo (p.202).

A categoria de memória herdada em Pollak (1992) faz ressonância ao pensamento de Halbwachs. Em “A memória coletiva”, o sociólogo, ao refletir sobre a memória autobiográfica e memória histórica, fala de Reims, o lugar onde nasceu e de sua memória por tabela. Halbwachs (2004) chama de “memória emprestada” uma bagagem de lembranças provenientes de acontecimentos que ocupam um lugar na memória do grupo, mas que não foram vividos pelo sujeito:

Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha. (...) Eu me lembro de Reims porque ali vivi todo um ano. Lembro-me também que Joana D’Arc foi a Reims e que ali sagrou Carlos VII, porque ouvi dizer ou porque li. Joana D’Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc... que não tenho deveras nenhuma dificuldade em imaginar Joana D’Arcs em Reims. Ao mesmo tempo, sei bem que não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atenho-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado (p.58-59).

A construção da Casa de Memória e Cultura dos Januários traz em seu bojo a categoria de memória herdada. Jovens e crianças ouvem histórias vividas por outros membros da comunidade, em outro tempo, e começam a incorporá-las como suas. Nosso propósito foi o de investir na reconstrução da memória do Córrego, e para isso organizamos oficinas provocadoras de memória.

Buscamos compreender mais profundamente, durante todo o processo que culminou com a materialização da Casa de Memória e Cultura, como o fio da história foi se perdendo, ao mesmo tempo que, por meio de oficinas variadas, fomos abrindo espaço para o encontro e o diálogo entre as diferentes gerações e para o ressignificar de seus “contos e imagens”.

A oficina de memória⁷ naquela noite de abril de 2003 se inspirou no livro infantil *Guilherme Augusto Araújo Fernandes* (Fox, 1995). Nesta história, o menino Guilherme Augusto, por meio de um cesto de memória, ajuda D. Antônia a recuperar sua memória perdida.

Toquinha contou a história e pedimos que os Januários de várias idades, reunidos na casa de Joversino, escrevessem os nomes de pessoas importantes nas suas vidas e os colocassem no cesto da memória. Partindo da premissa de que se lembramos, é porque os outros e a situação presente nos fazem lembrar (Bosi, 1994), nosso objetivo nessa oficina era provocar memória, entendendo com Halbwachs (2004) que

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (p.58).

Toquinha: *Casa da Vovó Mariquinha. Quem escreveu? Deo? Por que você escreveu casa da Vovó Mariquinha?*

Edervanio: *Porque eu tinha vontade de conhecer ela, eu não conheci. Então eu coloquei que eu gosto lá da casa dela.*

Toquinha: *Você não chegou a conhecer a madrinha Mariquinha?*

Conceição: *A mãe morreu em agosto, e ele nasceu em novembro.*

Zé Barba: *Ocê lembrou de uma mulher bonita, rapaz. Era muito asseada, eu gostava dela. Ela andava cheirosa, né? Ocê via a comadre Mariquinha ocê até caía no chão... Isso depois que ela tava velha, não era nova, não. Ela era caprichosa mesmo com o corpo dela.*

Toquinha: *A madrinha Mariquinha andava sempre de batom. Pó-de-arroz.*

Adélia: *A gente ria da Tia Mariquinha. Televisão só lá que tinha, e a gente gostava de ver novela. Na hora que juntava muita gente ela falava: vou desligar que tá gastando energia demais.*

⁷ Denominamos “Oficinas da Memória” as diversas atividades criadas com os residentes do Córrego dos Januários, como estratégias metodológicas de pesquisa e intervenção desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

Figura 14 - D. Mariquinha (em pé) e família

Toquinha: *Geraldino, quem escreveu Geraldino?*

Jardel: *Eu escrevi porque ele é a pessoa mais velha daqui, e ele contribuiu muito com o crescimento da nossa comunidade. E quando a gente era mais novo ele fazia muita coisa pra ajudar aqui, sabe.*

Toquinha: *É isso mesmo. Seu Geraldino era o castrador de porco daqui.*

Zé Barba: *Ele era o pára-raio. Era arrumar fogão, era castrar porco, aplicar injeção. Era tudo enquanto há.*

Toquinha: *Seu Geraldino nos lembra festa. Na sua casa, aos domingos, as pessoas se reuniam para ouvir música e dançar. Lá se podia beber o café docinho da D. Vita, sua esposa, em pequenas canecas esmaltadas que ficavam guardadas na cristaleira esperando as visitas. Aqueles encontros resultaram em muitos namoros, casamentos, famílias. Deixaram saudade as tardes alegres e os moradores da casa simples e acolhedora que jamais esqueceremos.*

Figura 15 - Seu Geraldino em seu aniversário de 100 anos

Diante dessas falas, penso que é inegável a importância do coletivo. D. Mariquinha ressurgiu nas reminiscências de Zé Barba e dos outros, e graças a elas Edervanio (na época com 13 anos) conhece “por tabela” um pouco da avó. Edervanio expressa por meio de sua escolha pelo nome da avó, a quem não conheceu, um apelo de memória. Ele provoca a memória de pessoas que conviveram com sua avó e as faz lembrar...

O menino Jardel (então com 10 anos) um dia me disse: “Porque se a gente não souber a história de onde a gente vive, esse lugar pode ser um tipo de lugar qualquer.” Jardel tem razão. Um lugar sem memória é um lugar sem identidade, que se perde e não se diferencia. Mas Jardel parece entender com Pollak (1992) que a memória de cada lugar é composta por seus personagens, por suas histórias singulares. Jardel coloca no cesto de memória o nome de Seu Geraldino, o mais velho do povoado. Ouvimos nas narrativas provocadas por Jardel a marca dessa singularidade emergindo da memória coletiva dos Januários⁸.

Há uma força impressionante no encontro das gerações e nas narrativas que esse encontro provoca. Estamos falando de uma memória que se reconstrói na relação com o outro e de um passado que, ao revitalizar o presente, dialoga com o futuro.

⁸ Os “contos e imagens” de Dona Mariquinha e Seu Geraldino compõem o estandarte “Cesto de Memória”. A frase de Jardel está escrita numa das fitas deste estandarte.

O passado reconstituído não é refúgio, mas sim uma fonte, um manancial de razões para lutar. A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro. (...) A nostalgia revela sua outra face: a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida (Bosi, 2003a, p.66-67).

As categorias elencadas por Pollak (1992) como elementos constitutivos da memória emergiram em vários outros momentos de nossa estratégia teórico-metodológica. Não só personagens mas também lugares são lembrados no varal de contos e imagens.

Figura 16 - Bela percorre o varal de fotografias

***Bela (39 anos):** Eu me lembro naquela casa ali, eu via, não tenho fixo assim, não consigo saber quem era. Eu lembro assim que eu ia ali na casa debaixo, alguém morava ali, uma lembrança forte. Mas eu não sei quem é, se era parente, se não era. Morava ali. Então deve ser isso aí que você tá falando, de acolher.*

Em sua reminiscência Bela dialoga com Bosi (1994), que pergunta:

O que é um ambiente acolhedor? Será ele construído por um gosto refinado na decoração ou será uma reminiscência das regiões de nossa casa ou de nossa infância banhadas por uma luz de outro tempo? (p.74)

A fala de Bela é muito significativa. Ela não se lembra de uma pessoa em especial. Sua reminiscência é a do acolhimento. Há nesta fala um registro de um lugar que acolhe, o espírito do coletivo, da comunidade, que se revela na memória de Bela por meio do acolhimento, do abrigo. As falas remetem a um suporte afetivo e existencial apoiado na tensão singular-coletivo.

As lembranças de Bela foram provocadas pelas fotografias do varal. Santos (2007) ressalta que alguns elementos são muito importantes no trabalho da memória e cita músicas, lugares, objetos e odores como “suportes de memória” (p.355). Em nossa metodologia de pesquisa as fotografias se revelaram como suportes de memória, tornando-se assim essenciais no processo de fazer lembrar.

Ao longo das escavações, foram muitos os personagens que emergiram da memória dos habitantes do Córrego, como veremos mais adiante. Mas sem dúvida D. Felícia e sua casa constituem-se neste trabalho como personagem e lugar emblemáticos e propulsores de tudo o mais que iria acontecer.

O inconformismo de Toquinha diante da história ameaçada de sua gente deu início a todo esse processo. Fui pela primeira vez ao Córrego dos Januários principalmente para registrar a tapera de D. Felícia, tia de Toquinha, que estava ameaçada de ruir. Meu encontro com D. Felícia se deu por meio da literatura de Toquinha, mais precisamente no conto “Felicidades”, inspirado na convivência dela com sua Tia Fiinha:

(...)

- Já foi numa cidade grande?
 - Belo Horizonte.
 - Quantos anos a senhora tem?
 - Mais de sessenta.
- Tantas perguntas seguidas pareciam não incomodá-la.
- Do que a senhora mais gosta?
 - De cuidar do meu marido, dos meus fios e desse meu pedacinho de chão.
- Vi que havia muitas frutas amontoadas às margens da estrada.
- Por que a senhora pega essas frutas e deixa na beira do caminho?
 - Ah, Juliana. Aqui tem fruta que não acaba mais! De modo que eu pego as que tá madura e ponho aí. As criança, quando vêm da escola, apanha e come. Minhas fruta num estraga e a menina gosta. Uma delas costuma dizê que as fruta é doce feito melado.
 - Quem te deu todas essas coisas?
 - Foi Deus, Nosso Sinhô.
 - A senhora sabe muita coisa?
 - Num sei nada, minha menina! O que sei aprindi na vida, com o tempo.
 - A senhora sabe ler?
 - Sei assiná meu nome.
 - Por que a senhora não pede pra Seu Luiz fazer uma casa nova? Essa tá muito velhinha. Parece que quer cair.
 - Nem pensá, minha fia. Eu tenho medo de dismanchá essa tapera que foi de minha vó, e minha alegria morrê com ela. Minha irmã dismanchô a casa véia, fez uma casa nova e eu acho, cá pra mim, que a felicidade dela morreu de tristeza.
 - Mas, D. Felícia, felicidade não morre!

- Minina Juliana, a felicidade pra mim é que nem um passarinho. Se ela posar na sua janela, ocê dé de comê pra ela, tomá conta dela, passado uns tempo, tá que nem um vivero. Uma felicidade chama a outra e vai assim toda vida. Mas se ocê num cuidá, ela vem um dia, faia dois. Vem notro dia e faia treis. Até que cansa e vai simhora. Eu sempre fui feliz aqui, com as coisa que tenho. Eu fiz o meu vivero. Vorta-e-meia aparece um fiotinho novo da tal felicidade. Quando ocê crescê pode tê um que nem o meu. É só tê carinho e amô no coração. (...)

(Souza, 1998, p.87-88)

Figura 17 - Casa da Tia Fiinha

O desejo de registrar a casa que Toquinha sabia condenada a desaparecer foi o desencadeador desse processo. Fotografei a casa, e agora ela seria realmente derrubada, pois já estava muito arriada, quase caindo. Uma tristeza profunda tomou conta de Toquinha: era a dor pela tapera deixar de existir.

Os companheiros da moça estranharam seu silêncio; há tempos não a viam assim. Mas ninguém sabia que a tristeza dela era por conta de uma tapera cheia de histórias, num lugar longe dali, que mais dia menos dia ia virar poeira misturada com saudade. (...) O tempo todo ficava entre a tapera e a palavra, entre a tapera e o sentimento, entre a antiga tapera e o sonho. E quem diria que um monte de pau trançado, amarrado com cipó coberto de barro sem pintura nem nada, só tingido de barro branco branco branco causaria tanto destempero (Maria de Lourdes Souza, trechos do conto inédito “Lembranças de Tapera”).

Maurice Halbwachs (2004) diz ser inevitável que as transformações de uma cidade ou de um lugarejo, ou até mesmo a simples demolição de uma casa, provoquem desconcerto em alguns indivíduos. Mas ao expressar sua tristeza diante da demolição da tapera, Toquinha não estava só. Seu movimento de resistência emanava também do grupo (Halbwachs, 2004), e entendi que para

além do “monte de pau trançado” aquela tapera subsistia na memória coletiva dos Januários como alegoria de acolhimento.

(...) Por entender que o passado é inacabado e pode ser continuado pelo narrador do presente – já que só o presente é capaz de despertar significados esquecidos –, para Benjamin o historiador precisa trabalhar com os estilhaços ou cacos da história, descontextualizando o objeto para irradiar novos sentidos. O narrador se utiliza, assim, dos fragmentos significativos, acumulando-os numa nova construção, através da alegoria. Alegoria que diz algo além do que diz, desnudando o real ao fragmentá-lo. Alegoria que tem a ver com as imagens, com as cenas que ligam o visível e o invisível, a vida e o sonho (Kramer, 1994, p.66).

A tapera hoje não existe mais; no entanto, ao escavarmos as ruínas da tapera fomos encontrando seus clamores e significados esquecidos. Compreendi então com D. Felícia que era preciso conceber a Casa de Memória e Cultura dos Januários “ao jeito de tapera”.

A concepção de história em Benjamin (1994) se faz essencial no desenhar dessa tapera:

O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico (p.232).

Walter Benjamin e Maurice Halbwachs, resistindo ao modelo temporal do historicismo, defendem o elemento fragmentário da temporalidade que compõe o registro pessoal ou coletivo da memória (Seligmann-Silva, 2003).

Para Halbwachs, enquanto o tempo da memória coletiva “é uma corrente de pensamento”, a História precisa das esquematizações didáticas, ela divide o tempo para dominá-lo e compreendê-lo. (...) Benjamin, por sua vez, afirma que o historiador materialista – ou seja, anti-historicista – deve visar a construção de uma montagem: vale dizer de uma collage de escombros e fragmentos de um passado que só existe na sua configuração presente de destroço. (...) Tanto para Benjamin como para Halbwachs, o preceito historicista da restituição e representação total do passado deve ser posto de lado. Graças ao conceito de memória, eles trabalham não no campo da re-presentação, mas sim da apresentação enquanto construção a partir do presente (Seligmann-Silva, 2003, p.69-70).

A concepção Casa de Memória e Cultura do Córrego é alicerçada na teoria de memória destes dois autores, por meio da qual vamos, num processo de montagem, criando possibilidades de “apresentação” dos contos e imagens dos Januários.

A tapera de Tia Fiiinha era uma das muitas casas antigas do Córrego dos Januários que, junto com outras já demolidas, compunham a memória de uma arquitetura e de um tempo. Colocar essas casas em foco na Casa de Memória e Cultura do Córrego dos Januários nos pareceu uma reverência não só ao patrimônio histórico local, mas também aos que nelas viveram⁹.

Figura 18 - 1. Casa do Dezinho Félix 2. Casa da Tia Nena (pintura feita por Leni) 3. Casa do Nestor Januário 4. Casa do Tio Luís

Figura 19 - 1. Casa do Sones 2. Casa do Astolfo 3. Casa do Tatão 4. Casa do José Inácio

⁹ A história de Tia Fiiinha, seus contos e imagens, assim como as fotos das casas antigas, fazem parte do estandarte “Lembranças de Tapera”.

2.3

O acervo e o colecionador

Cada pedra que encontra, cada flor colhida e cada borboleta capturada já é para ela princípio de uma coleção, e tudo o que possui, em geral, constitui para ela uma coleção única (...). Mal entra na vida, ela é caçadora. Caça os espíritos, cujo rastro fareja nas coisas; entre os espíritos e coisas ela gasta anos, nos quais seu campo de visão permanece livre de seres humanos. Para ela tudo se passa como em sonhos: ela não conhece nada de permanente; tudo lhe acontece, pensa ela, vai-lhe de encontro, atropela-a. Seus anos de nômade são horas na floresta do sonho. De lá ela arrasta a presa para casa, para limpá-la, fixá-la, desfeiteiçá-la. Suas gavetas têm de tornar-se casa de armas e zoológico, museu criminal e cripta. “Arrumar” significaria aniquilar uma construção cheia de castanhas espinhosas que são maçãs medievais, papéis de estanho que são um tesouro de prata, cubos de madeira que são ataúdes, cactos que são tótems e tostões de cobre que são escudos.

Walter Benjamin (1995)

Figura 20 - Claudia e crianças no balanço

Olhos dados

Lucas aos três anos estava na pracinha com Gisele. Observava as outras crianças brincando e, apesar de atraído pela cena, queria ficar de mãos dadas com a mãe. Gisele então lhe disse para ficar tranqüilo e ir brincar com as crianças, pois ela ia ficar olhando para ele dali onde estava. Lucas pensou e lhe disse: “Tá bom, mamãe, então você vai ficar de olhos-dados comigo” e foi andando feliz .

Durante a pesquisa que possibilitou a produção do acervo de contos e imagens do Córrego, compreendi, ouvindo os moradores, que o que ameaçava a história de ela poder ser contada era principalmente o isolamento, a diminuição da convivência. Com a luz elétrica e a televisão, os moradores do Januário mudaram seu cotidiano, que, embora mais iluminado, parece, segundo eles, carecer de calor

(Gusmão, 2004). As narrativas que emergiram trazem uma perspectiva crítica da realidade. O lavrador Zé Barba, 73 anos, revela seu desconforto diante do desafio em unir a luz (elétrica) e o calor (humano) e nos faz pensar que, ao olharem pela janela da televisão, os Januários pararam de se olhar uns aos outros.

***Zé Barba:** Ah, eu falo assim, de primeiro parecia que tinha menos desenvolvimento, mas parecia que tinha mais união entre as pessoas. Hoje em dia parece assim que o pessoal fica meio desunido. Num ponto eu acho vantagem porque favoreceu. De primeiro era alumiado com pedaço de palmito, cabriúna, né? Hoje não, é só chegar em casa aí tá no claro no momento, mas eu penso assim, as desvantagens que eu acho que tem, porque de primeiro a pessoa, o casal tinha 10, 12 filhos, ia passear na casa do compadre, da comadre, então ele contava história, né, ficava conversando até tardão. Hoje não tem isso mais, quando a gente chega na casa d'uma pessoa que lá tem uma televisão, aí, a pessoa odeia quando a gente chega. Atrapalhou assistir a novela. Então a gente não vai mais igual era aquele ambiente antigo. Mas então a televisão não dá muito esse espaço. Porque depois que a gente passar a gostar de um programa, ah, briga, não briga? E pior, a gente já tá mais de idade, já faz aquele serviço, não faz muita coisa, não, mas fica cansado. Quando chega em casa, tá o Jardel (seu neto) aí, ele sai pra escola cedo e eu saio pro serviço mais tarde, ele chega do serviço eu tô lá pra roça. Venho, tomo banho e vou ver televisão, lá é meia hora. Dentro dessa meia hora ele me faz uma pergunta, eu falo: ó rapaz, agüenta a mão aí, eu tô querendo assistir um negócio aqui, né? Daí a meia hora eu tô dormindo, aí acabou já o espaço d'eu mais ele.*

Zé Barba em sua narrativa produz conhecimento. Em sua lucidez ao falar da impotência na relação com o neto Jardel (12 anos), o lavrador, mais do que um desabafo pessoal, sacode todos que puderem ouvi-lo: “aí acabou já o espaço d'eu mais ele.”

A medusa – figura da alteridade absoluta – não nos permite torná-la objeto de nosso olhar. Ela é a metáfora do que não se deixa analisar. No entanto, quanto mais desviarmos o olhar de nossas crianças e evitarmos dizer ou nomear nossos sentimentos em relação a elas, tanto maior será a sensação de pedra que já é parte de todos nós. A criança precisa do adulto, enquanto um “alter”, como um “outro” diferente, para se constituir como sujeito e se lançar continuamente para além de si mesma em busca de seus projetos e utopias. Por outro lado, a criança também encarna um “alter” para o adulto. Sendo a infância a humanidade incompleta e inacabada do homem, talvez ela ainda possa nos indicar o que há de mais verdadeiro no pensamento humano: a sua incompletude, mas, também, toda a criação que se prenuncia, ou melhor, a invenção do possível. Por mais paradoxal que possa nos parecer e a despeito de todo o desencontro entre adultos e crianças, ainda assim é possível enxergar a infância alegoricamente como elemento capaz de desencantar o feito da cultura do consumo (Jobim e Souza, 2000, p.97).

Ficar em estado de escuta me remete novamente aos “olhos dados” do menino Lucas, que mostra que

a incapacidade infantil de entender certas palavras e manusear os objetos dando-lhes usos e significações ainda não fixados pela cultura do consumo nos faz lembrar que tanto os objetos como as palavras estão no mundo para serem permanentemente re-significados através de nossas ações (Jobim e Souza, 2000, p.97).

A criança rastreadora e colecionadora inspira a elaboração do acervo do Córrego dos Januários, pois a concepção benjaminiana de infância

remete à fantasia, à imaginação, à criação, ao sonho coletivo, à história passada, presente e futura. Próxima dos mágicos e loucos, contraposta à racionalidade instrumental, a criança monta com cada peça, cada pedrinha que encontra, cada retalho, pau, bloco. Mônada e mosaico, constelação e relâmpago. Em Benjamin, o conhecimento se dá com assombro, como triunfo, como fulguração. Sua linguagem cinematográfica, contra uma visão desarmada, que sacrifica a totalidade, e contra uma visão filosófica, que abdica da singularidade, permite entender que o fragmento contém o todo condensado e que na ruína se encontra a possibilidade de reconstrução (Kramer, 1996, p.36).

Durante as escavações, percebi um sofrimento nos adultos mais velhos e me arrisco a dizer que, por vivermos um tempo que não valoriza a experiência dos idosos, eles tendem a se refugiar no passado, idealizando-o. A dinâmica recordar e esquecer, necessária para fazermos as pazes com o presente, fica então comprometida. A dor pela falta de convivência, a ferida do esquecimento pelos mais velhos, a apatia e tristeza que esse esquecer provocou ecoaram nas escavações do solo do Córrego dos Januários. Ouço esse apelo dos Januários mais velhos, e também de adultos, jovens e crianças.

Os Januários mais velhos sentem muita falta do calor da convivência, das visitas de casa em casa, da sanfona em volta da fogueira. No entanto, tal estado de lembrança muitas vezes os impede de “fazer as pazes” com o presente e agir, transformando a nostalgia em outras artes da existência que coloquem no mundo essa necessidade vital de conviver. Há um apelo no Córrego dos Januários que precisa de escuta, de abrigo. Atender a esse apelo não significa reconstruir uma narrativa linear da história, mas, ao contrário, recolher os cacos, detritos, os restos...

Zé Barba e o menino Lucas me ajudam a ouvir e compreender a importância de estarmos de “olhos dados”. Este me parece um apelo essencial que ecoa no Córrego dos Januários. Compreendendo com Benjamin (1984) que a criança “faz história dos detritos da história” (p.101), é preciso pensar no acervo do Córrego como coleção das ruínas, dos detritos, das insignificâncias aparentes, daquilo que estava sendo jogado fora e as escavações fizeram emergir. Zé Barba, parecendo dialogar com Benjamin, nos fala do significado e da importância desses restos:

Eu acho que era hora da gente aproveitar o restinho de vida e procurar fazer alguma coisinha, algum resgate do que foi embora, buscar pra modo de deixar por aí, senão quem vier daqui mais alguns anos não vai saber que Córrego que era esse, né? Pensar que quando morre uma pessoa a gente devia de tomar o nome dele porque um dia aquilo vai fazer falta pra família ou pra comunidade. Eu acho que esse trabalho, viu Denise e Toquinha, é muito importante devido às suas humildades. Porque vocês estão andando atrás de uma coisa que o pessoal jogou fora. Esqueceram. Vocês estão procurando o resto, né? O resto.

Zé Barba então fala de um “narrador sucateiro” que não busca recolher grandes feitos, mas apanha

tudo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não saiba o que fazer. (...) O narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda (Gagnebin, 2004, p.90).

E era isso que Zé Barba disse com outras palavras: que estávamos em busca do resto, refazendo a história a partir do que era jogado fora, dos detritos, das ruínas. Zé Barba não quer apagar os rastros de seu povoado e me fez lembrar Bertold Brecht (2000, p.58):

(...)
 Cuide, quando pensar em morrer
 Para que não haja sepultura revelando onde jaz
 Com uma clara inscrição que o denuncie
 E o ano de sua morte que o entregue!
 Mais uma vez:
 Apague as pegadas!
 (Assim me foi ensinado)

Talvez o risco a que Brecht alerta é o de nos tornarmos aqueles que obedecem, se comportam, e não aqueles que agem. Nessa pesquisa, optamos em escavar a história em busca da memória do Córrego. A rememoração para Benjamin possibilita não só um diálogo com o passado, mas também com o presente, pois “não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente” (Gagnebin, 2004, p.93).

Entendemos essa Casa de Memória e Cultura como espaço de ação e recriação, e não como lugar de arquivos de registros do passado. Mas sem dúvida, também é um espaço de coleções de contos e imagens. Por isso a figura do colecionador, tão importante na obra de Benjamin, precisa ser evocada. Mais do que a coleção em si, é da arte de colecionar que Benjamin (1995) fala:

Estou desempacotando minha biblioteca. Sim, estou. Os livros, portanto, ainda não estão nas estantes; o suave tédio da ordem ainda não os envolve. Tampouco posso passar ao longo de suas fileiras para, na presença de ouvintes amigos, revistá-los. Nada disso vocês têm de temer. Ao contrário, devo pedir-lhe que se transfiram comigo para a desordem de caixotes abertos à força, para o ar cheio de pó de madeira, para o chão coberto de papéis rasgados, por entre as pilhas de volumes trazidos de novo à luz do dia após uma escuridão de dois anos justamente, a fim de, desde o início, compartilhar comigo um pouco da disposição de espírito – certamente não elegíaca, mas, antes, tensa – que estes livros despertam no autêntico colecionador. Pois quem lhes fala é um deles e, no fundo, está falando só de si (p.227).

O colecionador, mais do que resgatar objetos de sua função original, retira as coisas do seu contexto usual e, num processo de montagem, os inscreve numa ordem outra, em novas configurações de experiências. Como num mosaico, o colecionador benjaminiano reúne fragmentos de história e, com isso, compõe constelações que rompem com o previsível e utilitário.

A seguir, apresentarei em diálogo, principalmente com o pensamento de Hannah Arendt, pequenas histórias, trechos de narrativas que compõem hoje o acervo da Casa de Memória e Cultura do Córrego dos Januários. Trata-se de um esforço da pesquisadora em incorporar o colecionador benjaminiano na elaboração da montagem e da apresentação (Seligmann-Silva, 2003) desse acervo.

2.4

História, memória e narrativa: a revelação do “quem” nas histórias orais dos habitantes do Córrego dos Januários

Foi a mesma fé que inspirou suas palavras mais grandiosas, quando no leito de morte: “Todo dia é um bom dia para nascer, todo dia é um bom dia para morrer”
(Hannah Arendt/Angelo Giuseppe Roncalli, 1987, p.66)

2.4.1

Intercessões: Hannah Arendt, Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin

O milagre que salva o mundo, a esfera dos negócios humanos, de sua ruína normal e “natural” é, em última análise, o fato do nascimento, no qual a faculdade de agir se radica ontologicamente. Em outras palavras, é o nascimento de novos seres humanos e o novo começo, a ação de que são capazes em virtude de terem nascido. Só o pleno exercício dessa capacidade pode conferir aos negócios humanos fé e esperança, as duas características essenciais da existência humana que a antiguidade ignorou por completo, desconsiderando a fé como virtude muito incomum e pouco importante, e considerando a esperança como um dos males da ilusão contidos na caixa de pandora. Essa fé e esta esperança no mundo talvez nunca tenham sido expressas de modo tão sucinto e glorioso como nas breves palavras com as quais os Evangelhos anunciaram a “boa nova”: “Nasceu uma criança entre nós”.

(Hannah Arendt, p.259, 2004)

Esta passagem de Hannah Arendt é o ponto de partida de nossas reflexões neste momento. O nascimento inaugura uma história possível. O que vem a seguir é a ação dos homens no mundo. O homem como artífice da materialidade e da cultura, expressão de sua existência única e singular até o dia do juízo final.

A pesquisa que tem como intenção desvelar a trajetória de atos, gestos e palavras do homem comum assume, no agora, um compromisso com o futuro. Isso requer uma determinada postura da pesquisadora, a qual se expressa na tomada de consciência de que nenhum fato, por mais simples que seja, pode ser considerado perdido para a história. Desse modo, a pesquisadora encarna a figura do cronista e segue as pistas deixadas por Walter Benjamin, quando ele apresenta, na terceira tese do texto “Sobre o conceito da história”, o pensamento seguinte:

O cronista que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida

poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation à l'ordre du jour – e esse dia é justamente o do juízo final (Benjamin, 1994, p.223).

Quem se dispõe a contar uma história participa da vida da palavra e da memória e, essencialmente, assume um compromisso com o futuro. Esta questão, assim formulada, se transformou em tema da maior relevância para a pesquisa que deu origem aos relatos das “pequenas histórias” que serão aqui apresentadas, e que foram construídas a partir de uma relação muito particular entre a pesquisadora e “seus outros”, tendo como referência metodológica os conceitos de dialogismo e alteridade de Mikhail Bakhtin¹⁰. Assim, Hannah Arendt, Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin nos conduzem a uma reflexão crítica sobre o lugar que deve ser ocupado pela ação do homem na permanente criação de si mesmo e dos rumos da história. Ao retomarem o conceito de história, abandonando a perspectiva do tempo cronológico e linear, rompem com a abordagem mecanicista e apostam na crítica do progresso. Esses autores nos fazem pensar na necessidade de incorporar às ciências do homem e da sociedade outros paradigmas para a produção de um conhecimento que faça justiça à liberdade de expressão e criação; o futuro se constrói no agora, mas sem perder de vista a experiência crítica do passado. Eles querem mostrar na teoria e na prática que o homem é capaz de agir no mundo sem abrir mão da sua capacidade de reinventar permanentemente as condições de sua existência, sem se deixar subjugar pelos poderes totalitários, que reincidem sobre os homens, a cada época, como um novo desafio a ser superado. Portanto, a ação dos homens no mundo é um ato político que se renova a cada dia, e as escolhas que realizam na vida prática, são os modos como dela participam, pelo simples fato de existirem, na construção do futuro. Viver é um permanente risco, mas há que confiar, nos diz Arendt:

¹⁰ Assumir o dialogismo e a alteridade como marcas das relações estabelecidas no contexto da pesquisa significa buscar o encontro com o outro e compartilhar experiências, conhecimentos e valores que se alteram mutuamente. Nesse contexto, o sujeito da pesquisa é visto como alguém cuja palavra confronta-se com a do pesquisador, refratando-a e exigindo-lhe resposta. Em contrapartida, a palavra do pesquisador integra-se à vida, participando das relações e das experiências, muitas vezes contraditórias, que o encontro com o outro, sujeito da pesquisa, proporciona. Assim, vale destacar que, com base nessa abordagem, entendemos a pesquisa como um espaço marcado por processos de experiências de diálogo e de alteridade, em que o pesquisador e seu outro contemplam-se mutuamente e definem suas experiências de linguagem no contexto social em que elas são produzidas.

(...) Em toda ação a pessoa se exprime de uma maneira que não existe em outra atividade. Daí a palavra é também uma forma de ação. Eis então o primeiro risco. O segundo é o seguinte: nós começamos alguma coisa, jogamos nossas redes em uma trama de relações, e nunca sabemos qual será o resultado. (...) Isso vale para qualquer ação, e é simplesmente por isso que a ação se concretiza – ela escapa às previsões. É um risco. E agora acrescentaria que esse risco só é possível se confiarmos nos homens, isto é, se lhe dermos nossa confiança – isto é o mais difícil de entender – no que há de mais humano no homem; de outro modo seria impossível (Arendt, 1993, p.143).

Inspiradas por tais questões filosóficas e políticas, olhemos novamente para uma questão importante que emergiu do solo de memória que investigamos. A dicotomia entre luz e calor iluminava também o sofrimento dos mais velhos ao reconhecer um presente que não consegue mais dialogar com o passado. Diante da nostalgia dos habitantes do Córrego, uma questão insistia em se fazer presente: é possível unir luz (elétrica) e calor (humano)? Se tomássemos o passado como um acontecimento acabado, um acontecimento que nada mais tem a nos dizer sobre os fatos e ações do presente, essa união, provavelmente, se revelaria impossível. Melhor dizendo, se ficássemos aprisionados em uma perspectiva de tempo linear e progressivo, certamente a história caminharia para um fim predeterminado, e a narrativa se tornaria, assim, prisioneira de uma compreensão petrificada da história, melhor dizendo, a crença no progresso e na civilização como o único destino possível para o homem contemporâneo. Teríamos uma única narrativa se projetando para um fim definido de antemão, sem perspectivas de um novo começo. Entretanto, as perspectivas teóricas de Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin e Hannah Arendt insistem em romper com a visão progressiva do tempo cronológico e nos incitam a acreditar que o passado não esvazia o presente, mas, ao contrário, lhe abre novas possibilidades de existir no futuro. Esses autores apostam na retomada do passado com base em interpretações que ainda não foram construídas, mas que permanecem como possibilidades, aguardando seu momento de ressurreição na grande temporalidade (Bakhtin, 2003).

O futuro desponta como permanente vir-a-ser construído na ação consciente dos homens no mundo. Nessa perspectiva, os mais velhos não são esquecidos e podem se reconciliar com o presente, pois, de acordo com Octavio Paz (1991, p.62), “la reflexion sobre el ahora no implica renuncia al futuro ni olvido del pasado: el presente es el sitio de encuentro de los tres tiempos”.

As idéias tanto de Mikhail Bakhtin quanto de Walter Benjamin estão presentes na construção dos argumentos que consolidam nossa orientação teórica e metodológica. Entretanto, optamos por colocar em destaque, no próximo segmento, o pensamento de Hannah Arendt. Com base em sua teoria conduziremos algumas reflexões sobre a “revelação do quem”, destacando o modo como as pequenas histórias narradas pelos habitantes do Córrego dos Januários nos falam de uma experiência mais profunda, um modo particular de interlocução com a dimensão humana e a construção do futuro no presente. Ou seja, Arendt afirma, junto com Benjamin, que “nada do que aconteceu um dia pode ser perdido para a história”.

2.4.2

Hannah Arendt: a ação e o quem

O evento totalitário é o contexto em que a obra de Hannah Arendt emerge. O choque e a perplexidade diante da descoberta dos campos de extermínio levam a autora a escrever sua primeira grande obra, *A Origem do Totalitarismo*. Publicado em 1951, este livro fala de seu esforço em tentar compreender o que parecia impossível de ser compreendido, pois os conceitos tradicionais não dão conta da experiência totalitária. O projeto de compreender o evento totalitário se apresenta para Arendt diante do choque ao tomar conhecimento da existência de Auschwitz. É aí que o esforço compreensivo se inicia, e ele traz consigo a possibilidade de reconciliação. Reconciliar é uma reação a esse estranhamento, a essa perda de referências a que o totalitarismo levaria.

Arendt concebe a história como uma série de eventos e não como uma força de curso previsível. Em diferentes momentos de sua obra, a autora se contrapõe à causalidade histórica e compreende um evento histórico como a emergência imprevisível de algo novo que pôde ter ocorrido sem que fosse necessária ou sem que obedecesse a determinação prévia e supra-histórica.

Somente quando algo irrevogável aconteceu é que podemos retrair sua história. O acontecimento ilumina o próprio passado; jamais pode ser deduzido dele. Sempre que ocorre um evento grande o suficiente para iluminar seu próprio

passado, a história acontece. Só então o labirinto caótico dos acontecimentos passados emerge como uma história que pode ser contada, porque tem um começo e um fim (Arendt, 1993, p.49).

Mas Arendt (1989) afirma que

(...) todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem (p.531).

Assim, para a autora, “cada novo nascimento garante esse começo”. Esse é um tema que ela desenvolve em sua obra *A Condição Humana* (1958) ao tratar da ação. O livro propõe uma fenomenologia das atividades humanas que são o labor, o trabalho e a ação. Embora interligadas, essas atividades correspondem a critérios próprios e a cada uma delas corresponde uma condição básica da vida humana, respectivamente: vida, mundanidade e pluralidade. O labor assegura a existência e a sobrevivência de todos nós como espécie por meio da manutenção do ciclo vital, enquanto o trabalho envolve tudo o que é colocado pelo homem no mundo de maneira artificial, conferindo estabilidade e permanência ao mundo. A condição humana da ação é a pluralidade, pois a ação ocorre entre os homens e não necessita da mediação material. Para Arendt, o conteúdo da política é o agir, pois são os homens, e não o Homem, que vivem e habitam no mundo, e é essa pluralidade a condição de toda vida política.

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (Arendt, 2004, p.16).

Para Arendt, a ação e o nascimento estão estreitamente ligados, pois “o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (2004, p.191).

Assim como a ação corresponde ao nascimento, para a autora o discurso é a efetivação da condição humana da pluralidade, do viver como ser singular entre iguais:

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original (Arendt, 2004, p.189).

Segundo a autora, é na ação e no discurso que os homens mostram quem são, revelam suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo, respondendo à pergunta que recebem ao nascer: “Quem és?”. No entanto, ela adverte que a revelação do “quem” está ameaçada quando deixa de existir convivência:

Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Isto ocorre sempre que deixa de existir convivência, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os outros, como ocorre por exemplo na guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos para alcançar determinados objetivos em proveito do seu lado e contra o inimigo. Nestas circunstâncias, que naturalmente sempre existiram, o discurso transforma-se, de fato, em mera “conversa”, apenas mais um meio de alcançar um fim, quer iludindo o inimigo, quer ofuscando a todos com propaganda. Neste caso, as palavras nada revelam; a revelação advém exclusivamente do próprio feito, e este feito, como todos os outros, não desvenda o “quem”, a identidade única do agente (Arendt, 2004, p.193).

Hannah Arendt quer separar o agir do fazer falando-nos de uma dignidade da política. A ação não pode ser consertada, como um objeto pode. Reduzir o agir ao fazer é perder o político, coisificando-o. A ação pode ser reiniciada, e o perdão é esse esforço de reiniciar. Para reparar uma ação e lidar com seu caráter de irreversibilidade é preciso perdoar, esta é uma das potencialidades da própria ação.

A única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse fazer o que se fazia – é a faculdade de perdoar. (...) A ação estabelece constantemente novas relações numa teia de relações, e precisa do perdão, da liberação para que a vida possa continuar, desobrigando constantemente os homens daquilo que o fizeram sem o saber. Somente através dessa mútua e constante desobrigação do que fazem, os homens podem ser agentes livres; somente com a constante disposição de mudar de idéia e recomeçar, pode-se-lhes confiar tão grande poder quanto o de consistir em algo novo (Arendt, 2004, p.248-250).

Quanto ao caráter imprevisível da ação, da impossibilidade da previsibilidade das conseqüências advindas do agir, Arendt (2004) introduz o poder de prometer.

As duas faculdades são aparentadas, pois a primeira delas – perdoar – serve para desfazer os atos do passado, cujos ”pecados” pendem como espada de Dâmoles sobre cada nova geração; a segunda - obrigar-se através de promessas – serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens. (...) Se não nos obrigássemos a cumprir nossas promessas, jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade; seríamos condenados a errar, desamparados e desnorteados, nas trevas do coração de cada homem, enredados em suas contradições e equívocos - trevas que só a luz derramada na esfera pública pela presença de outros, que confirmam a identidade entre o que promete e o que cumpre, poderia dissipar (p.249).

Sem a possibilidade de reiniciar, seríamos vítimas da repetição, de um curso automático e inexorável da vida cotidiana. Para Arendt, o que interrompe esse curso é a faculdade de agir, de iniciar algo novo.

As faculdades de perdoar e prometer dependem da condição humana, ou seja, da pluralidade do agir sem a qual o perdão e a promessa não têm realidade. Não há perdão nem promessa no isolamento e na solidão. No perdão, como na ação e no discurso, dependemos dos outros.

Diante do outro, aparecemos de uma maneira distinta, imperceptível para nós mesmos. A matéria do agir é a fala, o discurso. É por meio do discurso que o ser humano se revela na sua singularidade. Mas para essa revelação precisamos do outro.

É como se a estabilidade humana transparecesse na permanência da arte, de sorte que certo pressentimento de imortalidade - não a imortalidade da alma ou da vida, mas de algo mortal feito por mãos não mortais – adquira presença tangível para fulgurar e ser visto, soar e ser escutado, escrever e ser lido (Arendt, 2004, p.181).

2.4.3

Contar histórias, criar lembranças, reconciliar...

Para Andreiuolo (2005), contar histórias para Hannah Arendt tem a ver com a experiência da reconciliação. A compreensão corresponde à tentativa de nos reconciliarmos com a realidade e de estarmos à vontade no mundo.

A compreensão não é cumulativa, mas se faz acompanhada da vida, faz e refaz e jamais tem um parâmetro fixo a ser superado. Toda ação revela algo de inusitado, cabe a compreensão acolher essa novidade e procurar nela a força do significado

do evento. (...) Seja por seu aspecto de revelação, ou por sua abertura ao campo compreensivo, as histórias integram a modalidade de produtos do trabalho que escapa da mera utilidade (Andreiulo, 2005, p.35).

Embora distintos – e distingui-los é um esforço importantíssimo na filosofia política de Hannah Arendt –, fabricação, ação e pensamento se encontram na memória. “A lembrança é o esforço contínuo contra o caráter perecível do mundo, é o que faz do mundo nossa morada (Andreiulo, 2005, p.35).

A ação é intangível; para existir, precisa dos homens que falam e agem. Mas para que as histórias que esses homens vivem possam ser contadas, necessitam do *homo faber*. No entanto,

(...) o que se salva nas histórias é a possibilidade de uma relação não utilitária ou instrumental com a dimensão poética. Ao revelar o quem, salvá-lo da futilidade, a história transcende a mera funcionalidade, afirma-se como um produto privilegiado da atividade fabricadora menos sujeito ao desgaste, e expande sua durabilidade no mundo. Com ela os assuntos humanos transfigurados ganham também estabilidade. O mundo construído pelo *homo faber* só é um lar para os mortais na medida em que suporta e sobrevive ao cambiante e contínuo movimento de suas vidas, suas ações e palavras (Andreiulo, 2005, p.36).

Para Arendt (2004, p.16), “a ação cria condição para a lembrança, para a história”. Segundo Andreiulo (2005), os ensaios de *Homens em Tempos Sombrios* precisam ser compreendidos como uma forma especial de narrar as ações (p.68).

Sua galeria de retratos inverte a lógica com que habitualmente procuramos entender uma época: a luz de quem ilumina a escuridão de nossos tempos. (...) Hannah Arendt narrou atos e palavras de pessoas que viveram em tempos sombrios, sem, entretanto, cair na armadilha de atribuir a seus biografados qualquer condicionamento de época que pudesse ser explicado exclusivamente pela História. (...) Arendt revelou nos ensaios de *Homens em Tempos Sombrios* o vagar individual da cada um de seus biografados no mundo. Com isso criou a rede de narrativas compartilhadas que relaciona os protagonistas em uma correspondência reveladora, uma história maior (Andreiulo, 2005, p.71-72).

O contato com o pensamento de Arendt possibilitou iluminar a experiência de pesquisa com os habitantes do Córrego dos Januários. Durante as escavações, alguns moradores foram evocados de forma marcante no processo de rememoração do povoado. Em alguns momentos, a pesquisadora foi testemunha

não só desse rememorar como também de cenas que revelaram o “quem” (Arendt, 2004), a *humanitas* de Sebastião Lau, Tio Izalino, Seu Agenor e Dedé.

2.4.3.1 Sebastião Lau

Pois a tradição ordena o passado não apenas cronológica, mas antes de tudo sistematicamente, ao separar o positivo do negativo, o ortodoxo do herético, o que é obrigatório e relevante dentre a massa de opiniões e dados irrelevantes ou simplesmente interessantes. A paixão do colecionador, por outro lado, é não só assistemática, como beira o caótico, não tanto por ser uma paixão, mas por não ser basicamente inflamada pela qualidade do objeto – algo classificável –, e sim atizada pela sua “autenticidade”, sua qualidade única, algo que desafia qualquer classificação sistemática. (...) Como Benjamin foi provavelmente o primeiro a ressaltar, o colecionar é a paixão das crianças, para quem as coisas ainda não são mercadorias e não avaliadas segundo sua utilidade.

(Arendt, 1987, p.168-170)

Figura 21 - Nestor e Sones (à direita) vendo o mural com a foto de Sebastião Lau

Dedé: *O Tio Sebastião Lau, acho que ele tá em primeiro lugar aqui na nossa comunidade. Sabe por quê? Porque ele não teve filhos, e ele que doou aquele pedaço de terra ali pra fazer essa casa de escola pras pessoas estudar. Se tem hoje aí, quantas pessoas estudaram ali, agradece a ele. Ele que deu o terreno, não foi, padrinho Zé Barba?*

Zé Barba: *Deu o terreno e fez a casa.*

Dedé: *Então, foi uma coisa pra todo mundo. Um exemplo muito bonito que ele deu pra nós.*

Ao escutar essas palavras, Sebastião Lau, que faleceu há mais de trinta anos, vai ganhando uma dimensão totalmente nova para mim. Já havia visto sua fotografia na secretaria da escola, colocada lá como homenagem. No entanto, quando Toquinho perguntou às crianças se sabiam quem construíra a escola, elas responderam, em coro, que havia sido o prefeito. A foto antiga ficava guardada numa pequena sala, e nenhuma criança ali sabia quem ele era.

Agora, diante das lembranças de Dedé, Zé Barba e outros, a história de Sebastião Lau se desenha outra. O homem que emerge nas narrativas vem banhado de sentimentos de gratidão e reconhecimento pelo ato de generosidade e preocupação com a comunidade. Nada que se compare a uma informação seca de que foi Sebastião Lau quem construiu a escola em 1952. História esta que é oficial, mas que também as crianças desconhecem. Foram muitos depoimentos reverenciando Sebastião Lau, memória tramada pelo afeto e pela experiência de quem conviveu com ele. As narrativas vão desarrumando aquele contexto enquadrado em que Sebastião Lau estava. O que emerge não é a memória dos fatos e datas, o “quê” de Sebastião Lau, pedreiro que deu o terreno e construiu a escola do povoado. Sebastião Lau é lembrado principalmente por seu zelo pelo coletivo, por sua dedicação à comunidade, por se preocupar com as crianças... Ao falarem de Sebastião Lau, Dedé, Zé Barba e muitos outros arrancam a moldura, e o “quem” de Sebastião Lau se revela. A imagem sai da moldura dos fatos que só revelam o “quê” e não o “quem”.

2.4.3.2 **Tio Izalino**

(...) Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra. (...)

(Arendt, 1987, p.9)

Na segunda viagem ao Córrego dos Januários, em julho de 2002, eu e Toquinho reunimos os moradores e apresentamos um varal composto de

fotografias feitas na primeira viagem e também de fotos antigas de alguns moradores.

Figura 22 - Varal de fotografias

O objetivo do varal era fazer uma devolução das imagens e ouvir o que elas evocavam. Enquanto percorriam o varal, adultos e crianças conversavam. Havia em todos um sentimento de espanto pela beleza das fotos. Ouvindo Elizete, é possível compreender que ressignificar a beleza das imagens é poder ver de outro modo o cotidiano:

Ficou chique demais. As fotos estão lindas! As broas tão chiques demais, uai! A Dedé tá chique demais. Engraçado, na hora que tá fazendo, você não imagina que vai ficar tão bonito, depois vira uma história e fica bonito demais. Coisa que a gente até nem via mais. Não pode esquecer mesmo, não. A gente não dá muita importância, porque a gente não vê.

Mas as fotos atuais e antigas também provocam nos mais velhos a reflexão sobre a fotografia como elo dos tempos, e sobre a importância da memória e do diálogo com as novas gerações.

Silvia: Ali naquelas fotos tem muitas pessoas que já morreram, da família. Então, é muito bom, esses trabalhos, essas fotos, é bom demais. Porque aí é recordação, fica. E outra, tem que ter alguém pra conversar com as crianças, pra falar como foi, como era. Porque a gente teve trabalho, por exemplo, que eu fiz, tá lá no museu do Inhapi, foi uma dificuldade pra gente conseguir. Então é assim, os pais, a família deve conversar com os filhos sobre isso. Contar um caso de alguma pessoa antiga que já passou por aqui, o Izalino, que era uma pessoa muito engraçada, contador de piada, contador de história, muito engraçado. Muita gente

que já passou por aqui, que cada um teve uma história bonita. Tio Luiz, Tio Chico, papai, Izalino. Esses aqui, cada um teve uma história muito bonita, e tá escondido, né?

Argeu lembra algo precioso: a qualidade do ser humano que emerge do coletivo traz a marca de sua diferença no mundo. Há nessa fala uma noção de pertencimento, de singularidade, que se vai tornando rara, à medida que nos afastamos uns dos outros, nos isolamos, e deixamos de compartilhar a nossa diferença no mundo. Tio Izalino vivia na comunidade, e era com ele que Argeu se sentia à vontade para falar.

Argeu: E falando do Tio Izalino, ele era um elemento que acatava os forasteiros, foi o que acolhia as pessoas, Zé Pião, o Terto, Paulista, Sinhaninha, Zé Sati... Então cada um deles tinha a sua qualidade.

Figura 23 - Tio Izalino

Há algo de profundo nos fragmentos narrados. Quando alguém morre, perdemos ligação com seu “quem”, com sua diferença que exercia no mundo. Arendt¹¹, em sua belíssima homenagem a Karl Jaspers, diz que “aquilo que em um ser humano é o mais fugidio e, ao mesmo tempo, mais grandioso, a palavra falada e os gestos singulares, morrem com ele, e dependem da nossa recordação e homenagem”. As recordações de Argeu e Silvia fazem Tio Izalino, Tio Chico, Zé Pião e Sinhaninha ressoarem de novo e de outro modo no mundo.

¹¹ ARENDT, Hannah. Discurso de Hannah Arendt por ocasião da homenagem pública prestada pela Universidade de Basileia a Karl Jaspers no dia 4 de março de 1969 (tradução Luciana Villas Bôas Castelo Branco, mimeo.).

2.4.3.3 Seu Agenor

(...) Tudo que precisava para começar era a vida e o mundo, praticamente qualquer tipo de mundo ou ambiente; pois o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados, e a razão pela qual geralmente permanecem não contados é, segundo Isak Dinesen, a falta de imaginação - pois somente se você consegue imaginar o que aconteceu de alguma maneira, repeti-lo na imaginação, é que você verá as histórias, e somente se você tem a paciência de contá-las e recontá-las é que poderá contá-las bem.

(Arendt, 1987, p.8)

Agenor Caetano da Silva, 72 anos, é o contador de histórias de toda a região do município de Inhapim. Em 2002 (Gusmão, 2004, p.41), Toquinha e eu planejamos visitá-lo com a intenção de “prosear” um pouquinho e convidá-lo para a exposição do varal de fotos que aconteceria alguns dias depois no Córrego. Mas logo ficamos sabendo que Seu Agenor andava doente e não poderia ir à exposição. Ficamos preocupadas, mas resolvemos ir até a casa dele levando as fotos da exposição, já que ele não poderia estar presente no dia do varal. Quando encontramos Seu Agenor, ficamos, no início, bem impactadas. Ele estava com tonteiras, sentindo-se fraco, e demonstrava alguns sinais de perda de memória. Embora se lembrasse de nós e demonstrasse alegria por estarmos lá, parecia-nos muito diferente daquela pessoa vibrante que havíamos conhecido um ano atrás contando histórias no Córrego.

Ainda mobilizadas pelo inesperado da cena, mas muito apropriadas de nossa admiração e afeto por Seu Agenor, fomos lhe contando que estávamos voltando para mostrar a todos as fotos daquele fim de semana em 2001. À medida que via as fotos, Seu Agenorinho, como é chamado carinhosamente por todos, ia se lembrando de tudo. Ao se ver na foto contando histórias debaixo da mangueira, chamou seus filhos, netos, a mulher Maria, e uma roda foi se formando em volta do álbum. Seu Agenor começou a contar aos filhos – que não estavam no Córrego naquela ocasião – o que tinha acontecido.

Figura 24 - Seu Agenor e Denise: vendo as fotos

As fotos iam aos poucos não só evocando sentimentos de valorização como também despertando lembranças, histórias antigas desse velho contador... Eis um trecho dessa nossa conversa:

Seu Agenor: *Aí a gente falava, ô gente, vamos acender um fogo aqui na rua e vamos contar uma história? Vamos. E aquele que não trouxer um pau de lenha não “quenta” fogo, não (risos). Aí cada um corria lá, saía com um cavaco, um pau de lenha, e a gente fazia aquela fogueira ali no meio da rua assim, e começava contar história. Com pouco mais tava assim de homem, homem velho. Aí começava: vamos contar a história pr’ocêis disso assim assim, e começava. E aquilo ia longe, era bom demais. Aí quando dava ali as nove, dez horas, todo mundo falava assim, Nhonhô, compadre Zé Pedrim, vamos dormir agora. E todo mundo ia embora. E quase todo dia era assim, bobo. Não tinha confusão, não tinha nada. Era mesmo aquele prazer de ficar contando história ali, era beleza mesmo.*

Denise: *Isso era aqui? Aqui em Inhapim, mesmo?*

Seu Agenor: *Não. Era lá no São Domingos das Dores. Nesse tempo nós éramos rapaziadinha nova, né? Meninadinha de assim dez, doze anos, quatorze anos. Aí nós nos juntávamos contando umas histórias, ali nas lojas, nas vendas. Vamos acender um fogo e vamos contar umas histórias. Cada um conta história, mas cada um tem que trazer um pau de lenha.*

Denise: *Muito bom isso. Muito bom!*

Seu Agenor: *Aí cada um trazia um cavaco, um pau de lenha lá, e nós fazíamos aquela fogueira e com pouco mais aquilo tava duro de homem em pé, de roda, aí eles começavam a contar também. Aqueles homens começavam a contar uma história pra nós. Aquilo ia longe...*

Denise: *Quer dizer que desde aí o senhor já contava história? Começou a contar história?*

Seu Agenor: *É. Comecei a contar história. Aí nós começamos a aprender. Aqueles homens contavam pra nós, nós íamos aprendendo e começava a contar.*

Figura 25 - Seu Agenor contando história

Enquanto conversávamos com Seu Agenor, que via as fotos e lembrava-se do seu tempo de menino, de como foi se tornando contador de histórias, fomos percebendo uma grande mudança naquele homem: tinha agora um brilho nos olhos e muita animação. Bem diferente de como instantes antes nos recebera: trêmulo, distante, triste.

Seu Agenor nos conta sua história e se fortalece. Sua narrativa traz de volta o próprio contador. Sua imagem agora é a do contador de histórias, o narrador que ele propriamente é e se revela com clareza na descrição de Ecléa Bosi:

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela voz. (...) A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana. (...) Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador (1994, p.90).

2.4.4.4 Maria Ilda das Dores Souza, a Dedé

Não sabemos o que acontece quando morre um ser humano. Sabemos apenas que ele nos deixou. Nós nos apoiamos em sua obra, embora saibamos que as obras não precisam absolutamente de nós. Elas são o que alguém que morreu deixou para trás no mundo que existia antes que ele viesse e permanece quando ele o deixa. O que será das obras depende do curso do mundo. No entanto, o simples fato de que estes livros eram vida vivida não aparece imediatamente ao mundo e fica sujeito ao esquecimento. Aquilo que em um ser humano é o mais fugidio e, ao mesmo tempo, mais grandioso, a palavra falada e os gestos

*singulares, morrem com ele, e dependem da nossa recordação e homenagem. A recordação realiza-se pela convivência com os mortos, da qual emerge um diálogo, que os faz ressoar de novo no mundo. A convivência com os mortos precisa ser aprendida e é o que estamos começando hoje, na comunhão de nossa tristeza.*¹².

Em janeiro de 2005, enfrentamos o momento mais difícil e doloroso desde que iniciamos o trabalho de pesquisa, em 2001. Não podíamos imaginar que, ao estar em outubro de 2004 no Córrego, nos despediríamos para sempre de Dedé.

Pouco antes de voltarmos para o Rio, fomos à casa dela e com um forte abraço nos despedimos, dizendo que não iríamos mais vê-la. Sua cunhada, que estava por perto, lembrou-se depois dessa cena. Ela sabia que estávamos nos referindo à viagem. Algumas horas depois, pegaríamos o ônibus de volta para o Rio de Janeiro, mas a força do abraço e das palavras adquiriu outro sentido diante daquele que se tornou realmente nosso último encontro.

Desde o primeiro dia em que a vimos fazendo broas, num misto de diversão e vergonha diante da novidade de ser filmada e fotografada no seu ofício cotidiano, Dedé se revelou, mostrou o seu valor. Foi dela a proposta de fazer a oficina de esteira de taboa (Gusmão, 2004, p.65) criando especialmente para o nosso encontro um tear como já não se vê mais por ali e compartilhando sua experiência e saber com todos. Dedé adorava ver as fotos que trazíamos a cada novo retorno e, ao se ver com as broas, no tear, conversando, dançando forró, dizia rindo, como um prenúncio: *“É, essa menina Denise. Daqui a alguns tempos, quando eu não tiver mais aqui, o povo então vai poder saber quem era esta tal de Dedé”*.

Dedé adorava ver os álbuns de fotografia, e logo percebemos o seu fascínio pelas imagens. Um dia, perguntamos a ela se gostaria de fotografar. Ela olhou desconfiada: *“Como assim? Eu, mexendo na máquina? Não, eu não sei lidar com isso, não”*.

Mas resolvemos insistir, pressentindo que Dedé só precisava de um apoio e de um leve empurrãozinho para também deixar a grafia de seu olhar registrada no acervo da história dos Januários. Antes de sairmos passeando pelo Córrego, entregamos a máquina em suas mãos, demos algumas indicações básicas e

¹² ARENDT, Hannah. Discurso de Hannah Arendt por ocasião da homenagem pública prestada pela Universidade de Basiléia a Karl Jaspers no dia 4 de março de 1969 (tradução de Luciana Villas Bôas Castelo Branco).

permanecemos a seu lado sem interferir. A insegurança de Dedé rapidamente deu lugar a seu espírito lúdico e curioso.

Figura 26 - Dedé e a câmera

Dedé começou a experimentar a câmera e pouco depois estava no meio do mato, totalmente concentrada, produzindo uma foto da jabuticabeira de seu Tio Chico. Preocupada com o destino das jabuticabeiras do Córrego, Dedé chama a atenção, com a fotografia, para o desaparecimento daquelas árvores que existiam em abundância até poucos anos atrás. Não há nenhuma razão para as jabuticabeiras deixarem de existir, dizia pensativa. Ao ver a imagem, Dedé dialoga com o futuro.

***Dedé:** Pros vindouros que vêm, aí a gente às vezes vai contar a história. Eles não sabem, se tiver a foto aí eles vão ver. Com a foto eles vão ver como que era.*

Figura 27 - Jabuticabeira do Tio Chico
(Foto de Dedé)

Dedé deseja que as jabuticabeiras acolham com suas sombras e frutos aqueles que ainda virão... Há nesta fala uma promessa que Dedé começou a cumprir. Não podemos nos esquecer disso.

Dedé: Denise, eu tenho a vontade de ter um pé de jabuticaba lá em casa. Olha o que eu fiz: as meninas estavam chupando jabuticaba lá em casa eu peguei assim a semente e coloquei tudo lá debaixo do pé de manga. Eu falei: ah, eu vou pôr lá, às vezes nasce mudinha. Pus lá, minha filha, ocê precisa de ver o tanto de mudinha que nasceu. Eu falei assim: eu não vou alcançar essas jabuticabas, não, mas ocês que vêm, mais tarde quem sabe ocês vão chupar jabuticaba desses pés.

Esta história com a jabuticabeira aconteceu em 2003. Um ano depois, morria Maria Ilda das Dores Souza. Poucos instantes antes de morrer, Dedé chamou a família, os enfermeiros e os médicos. Agradeceu o cuidado que recebeu. Com muita serenidade, pediu aos filhos, ao marido e a seus amigos que não ficassem tristes. Disse que Deus a estava chamando e que deixava este mundo sorrindo...

(...) é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo a sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela

autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos ao seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade (Benjamin, 1994, p.207-208).

Durante as escavações que nortearam a busca da memória do Córrego, Dedé deixou um legado aos “vindouros”. Ao fotografar a jabuticabeira de seu Tio Chico, Dedé marcou um encontro com o futuro, e sou testemunha disso.

2.5

Memória e testemunho

Figura 28 - Toquinho e Denise na tapera da D. Felícia

Ruína

Um monge descabelado me disse no caminho: “Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha idéia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as tapers abrigam. Porque o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro. (O olho do monge estava perto de ser um canto.) Continuou: digamos a palavra AMOR. A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas, como o lírio pode nascer de um monturo”. E o monge se calou descabelado.

Manoel de Barros (2000)

Memória, narrativa, experiência, história e testemunho são conceitos que se entrelaçam.

O conceito de testemunho é de suma importância no trabalho de memória das catástrofes (Seligmann-Silva, 2003). Com Benjamin, compreende-se que relembrar os mortos não é ficar preso ao passado, mas despertar para o compromisso ético e político de não repetir a barbárie. “Devemos lembrar de esquecer mas não devemos nos esquecer de lembrar” (p.62).

Nesse cenário em que o testemunho da barbárie se apresenta como resistência ao memoricídio dos campos de concentração nazistas, destaca-se um escritor italiano, de família judaico-piemontesa, sobrevivente de Auschwitz: Primo Levi (1919-1987). Marcio Seligmann-Silva (2003) em um de seus ensaios sobre o testemunho na era das catástrofes ressalta que

Primo Levi abriu o seu livro *Os afogados e os sobreviventes* – uma das mais profundas reflexões já escritas sobre o testemunho – lembrando a incredulidade do público de um modo geral diante das primeiras notícias, já em 1942, sobre os campos de extermínio nazistas. (...) Auschwitz pode ser compreendido como uma das maiores tentativas de “memoricídio” da história. A história do terceiro Reich, para Levi, pode ser “relida como a guerra contra a memória, falsificação orwelliana da memória, falsificação da realidade, negação da realidade”. Os sobreviventes e as gerações posteriores defrontam-se a cada dia com a tarefa (no sentido que Fichte e os românticos deram a esse termo: de tarefa infinita) de rememorar a tragédia e enlutar os mortos. Tarefa árdua e ambígua, pois envolve confronto constante com a catástrofe, com a ferida aberta pelo trauma – e, portanto, envolve a resistência e a superação da negação –, como também visa a um consolo nunca totalmente alcançável (p.51-52).

Jeanne Marie Gagnebin (2004), no artigo “Memória, história, testemunho”, faz uma reflexão sobre a narrativa e os ouvintes a partir do sonho de Primo Levi no campo de Auschwitz, um sonho também de todos os seus companheiros todas as noites:

Primo Levi sonha com a volta para casa, com a felicidade intensa de contar aos seus próximos o horror vivido e passado e, de repente, com a consciência desesperada de que ninguém o escuta, de que os ouvintes levantam e vão embora, indiferentes. Primo Levi pergunta: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (p.92)

No livro *A Trégua*, outra obra importante de Primo Levi, o escritor relata sua dor e solidão no pós-guerra:

Percebi que a onda quente do sentir-se livre, do sentir-se homem entre os homens, do sentir-se vivo, refluía longe de mim. Encontrei-me de pronto velho, exangue, cansado, além de toda medida humana: a guerra não terminara, guerra é sempre. Os meus ouvintes foram-se em pequenos grupos: deviam ter entendido. Eu sonhara algo semelhante, todos sonháramos nas noites de Auschwitz: falar e não sermos ouvidos, reencontrar a liberdade e permanecer solitários (Levi, 1997, p.82).

Gagnebin diz que, se não fossem embora, os ouvintes possibilitariam que essa história fosse retomada e transmitida em palavras diferentes. Ele propõe uma ampliação do conceito de testemunha que não seria apenas aquele que viu com seus próprios olhos:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras “revezam” a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente esta retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (2004, p.93).

Apoiada na visada de Gagnebin e Seligmann-Silva, penso que Primo Levi traz dois pontos fundamentais para refletirmos sobre o conceito de testemunho em nosso trabalho: a escuta e a narrativa.

Hurbinek, que tinha três anos e que nascera talvez em Auschwitz e que não vira jamais uma árvore; Hurbinek, que combatera como um homem, até o último suspiro, para conquistar a entrada no mundo dos homens, do qual uma força bestial o teria impedido; Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras (Levi, 1997, p.31).

Ser testemunha dos Januários mais velhos, muitos deles falecidos pouco depois de nossas escavações, possibilitou uma arqueologia da memória do Córrego dos Januários. A memória para se sustentar precisa de escuta e acolhida, e aquele que testemunha escuta a expressão de uma existência.

Tio Dionísio e Tia Oscarina foram desde o início grandes incentivadores do nosso trabalho. Comecei a chamá-los de tios sem me dar conta. Talvez por serem tios de Toquinha e pela carinhosa acolhida dos dois em sua casa desde a primeira viagem, em abril de 2001 (Gusmão, 2004).

Figura 29 - Tio Donísio conversando com Denise
(Foto de Toquinha)

Fato é que eu tinha por aquele casal um afeto e admiração profundos, e me tocava muito sua dor pela perda da filha Helena, que eu conhecera na primeira vez em que estive no Córrego. A morte de Helena abalou toda a comunidade, pois era uma mulher muito querida por todos.

Em seu luto, Tio Dionísio acompanhava a movimentação minha e de Toquinha, aprovando o trabalho, mas sem ânimo para participar. Toquinha e eu costumávamos colocá-lo a par do processo que desenvolvíamos com o povoado e sentíamos que nossa presença e entusiasmo com o trabalho traziam-lhe um pouco de conforto. Seu maior divertimento era provocar Aparecida, que trabalhava nos afazeres da casa. Aparecida e eu nos dávamos muito bem, mas ela fugia das minhas lentes, pois não queria ser fotografada. Eu respeitava sua decisão, achando que um dia ela se renderia e se deixaria fotografar, como de fato aconteceu. Tio Dionísio achava graça das fugas de Aparecida, e acabei grata a ela por tanta resistência.

Um dia acordei bem cedo e sentei-me perto dele na soleira da varanda. Tentei puxar conversa mas ele parecia mais triste do que de costume. De repente, sem falar nada, levantou-se e voltou com uma mala bem antiga nas mãos. Levei alguns instantes para entender que aquela mala era como um baú onde estavam guardadas as memórias de sua vida. Fiquei tocada com a confiança daquele homem em me revelar um recanto tão sagrado. Ficamos os dois em silêncio vendo as fotos antigas, quando ele se deparou com uma imagem de Helena. Com a foto nas mãos, Tio Dionísio chorou muito. Entendi que naquele momento ele

partilhava comigo não só sua história mas também sua dor. Nenhuma palavra foi dita. Compartilhamos o silêncio e a emoção. E foi o suficiente.

Esse encontro com Tio Dionísio leva a pensar na importância de uma escuta aberta ao silêncio e a tudo que o silêncio carrega. Nesse sentido, Bosi (2003a) faz uma primorosa reflexão sobre o pesquisador e o idoso:

Insisto na formação do pesquisador que vai entrevistar o idoso. Quando a narrativa é hesitante, cheia de silêncios, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que escutou, ou de preencher as pausas. (...) Nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazios, podem ser trabalhos de memória. Há situações difíceis de serem contadas. (...) A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis. Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apóiam comodamente ao discurso ideológico. O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do eu na entrevista, que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo (p.64-65).

A elaboração do acervo de contos e imagens dos Januários e posteriormente a Casa de Memória e Cultura devem-se principalmente à relação que estabelecemos entre a escuta, o testemunho e a narrativa.

Mas o que possibilita que a pesquisadora “não vá embora” e permaneça por um longo tempo não só na escuta como também no compromisso de ser narradora desses testemunhos?

Como pesquisadora-colecionadora, também retiro de minha memória lembranças que se organizavam em torno de um certo contexto familiar e cronológico e as reconfiguro num arranjo que me liga não só à memória dos Januários mas a uma memória mais ampla, possibilitando que eu refaça outras configurações de mim.

Desde o início, percebi a força e o impacto que D. Felícia, que eu não chegara a conhecer, tinha no meu imaginário. Mas só em 2005, diante de uma súbita recordação, pude compreender melhor o quanto a experiência de D. Felícia me era familiar e encontrava ressonância em minha própria história. Lembrei-me de que, aos sete anos de idade, fui para a Bahia conhecer a família de minha mãe.

Era o ano de 1969. Chegamos a Santo Antônio de Jesus e fomos levados por tios e primos a conhecer as irmãs de meu avô materno: Tia Marocas e Tia Honorina. Fiquei parada com meu irmão de cinco anos diante da casinha mais

pobrezinha que tínhamos visto até então. Mas nosso susto maior foi quando as tias abriram a porta para nos receber. Meu irmão começou a chorar de medo, e não era para menos.

Estávamos diante das pessoas mais velhinhas, enrugadas e pobrezinhas que já tínhamos presenciado. Lembro-me bem da recepção alegre e afetiva que tivemos, o que imediatamente transformou o medo em sensação de acolhimento. Lembro-me ainda de testemunhar a felicidade das duas em rever minha mãe e de constatar o quanto havia de calor e humor naquela tapera. Recordo-me do meu espanto em sentir tanta alegria no meio de um cenário de tanta precariedade material.

Além do mais, Tia Honorina era cega. Estava me deparando talvez pela primeira vez com a alteridade radical. No entanto, ao mesmo tempo que estranhava profundamente aquelas duas mulheres, me senti conectada a elas imediatamente. Era apresentada ao que de mais diferente havia testemunhado até ali, e esse estranho era parte da minha família.

Quando saímos da casinha iluminada pelas lamparinas, ouvi os adultos dizerem que elas não queriam deixar a casa para morar em outra em melhores condições. Estavam felizes ali, e era suficiente.

Esse foi meu único encontro com minhas queridas tias-avós, pois elas não demoraram a falecer. Reflito agora diante dessas reminiscências que meu encontro com elas foi essencial para que estivesse sensível e aberta ao encontro, tantos anos mais tarde, com Toquinha e a história de sua Tia Fiinha e a tapera.

Ser testemunha da existência de Honorina e Marocas me abriu um espaço subjetivo sensível à tapera e sua capacidade de acolhimento, afeto e abrigo. Essa experiência traz também o testemunho de um tempo, o interior do Brasil no final da década de 1960 e o advento do progresso com seus ganhos e contradições. Minhas tias pareciam resistir ao novo tempo, e eu, mesmo sem entender, estava lá e pude sentir.

A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entra em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória (Halbwachs, 2004, p.75).

Minha caminhada pela memória dos Januários ativa e possibilita que eu ressignifique meu passado. É no encontro com o outro que me reencontro com algo do vivido por mim e reconheço agora cacos de um momento histórico que atravessava todos nós.

Não subsistem, em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que até mesmo, cremos que provém completamente de nossa memória. De onde vêm realmente que uma vez que o acaso nos coloca em presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos, que deles foram atores ou testemunhas ao mesmo tempo que nós, quando nos contam ou descobrimos de modo diferente o que se passava então em torno de nós, preenchemos essas aparentes lacunas? É que na realidade o que tomávamos por um espaço vazio não passava de uma região pouco definida, da qual nosso pensamento se desviava, porque nela encontrava poucos vestígios. Uma vez que nos indiquem com precisão o caminho que temos que seguir, esses traços se evidenciam, os ligamos um ao outro, aprofundam-se e se juntam por si mesmos. Então eles existem mas eram mais marcantes na memória dos outros do que em nós mesmos (Halbwachs, 2004, p.81).

Essa experiência de meu arquivo pessoal emergiu em 2005. Imediatamente fui conversar com minha mãe, para saber se não estava confundindo alguma coisa, e juntas relembramos aquele dia inesquecível para toda a família. Minha mãe destacou muito o fato de as tias não quererem sair da tapera onde viviam. Entendi com Halbwachs que, para me recordar de minhas tias, foi preciso que outros vestígios se apresentassem e me ligassem à memória de um tempo outrora vivido. Talvez possa dizer que Tia Felícia e a tapera guardavam mais do que eu mesma algo de minha própria memória e que, ao mesmo tempo, só pude chegar em Minas pelas marcas da experiência do meu encontro com Tia Marocas e Honorina, que, por mais que eu não recordasse, faziam parte de mim e me guiaram até o interior de Minas Gerais.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim

podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2004, p.38-39).

Minha incursão no povoado mineiro me levou a refletir sobre o testemunho. Como pesquisadora-psicóloga no Córrego, muitas vezes experimentei ser testemunha e me coloquei na escuta do outro e de seu narrar. Vejo agora que o fato de aos sete anos ter sido testemunha da existência de minhas tias-avós me abriu para a escuta da dor de Toquinha ao ver a casa de Tia Fiinha desmoronar sem que houvesse um registro de sua imagem. Entendi depois que, muito mais que o registro, o que clamava por escuta eram os sentidos de acolhimento e abrigo que a tapera carregava e que os Januários não queriam ver desaparecer. Ao ser testemunha desse povoado, trabalho para que a memória de Tia Fiinha e tudo o que isso significa para o povoado não sejam esquecidos.

Toquinha, ao me relatar sua dor pela desmemória dos Januários, me fez um apelo. Ao dar ouvidos a esse apelo, me coloquei na escuta de muitas testemunhas e me tornei uma pesquisadora-testemunha.

Muitos moradores do Córrego dos Januários eram testemunhas que reconheciam na existência de outros que os antecederam um legado de delicadeza. E era esse legado como forma de resistência à desmemória dos Januários que eu queria transmitir para que não só as novas gerações do Córrego não se esquecessem, mas também porque há nesse legado um patrimônio de sensibilidade que a todos nós é bem-vindo.

Ao ser testemunha da história de tantos Januários, outros também puderam conhecê-los. Em nossa reflexão sobre como o conceito de testemunho se revela em nossa perspectiva teórico-metodológica, Roland Barthes (2004) também nos oferece uma contribuição marcante:

A velhice e a morte de Gide (que leio nos *Cahiers de la Petite Dame*) foram cercadas de testemunhas. Mas essas testemunhas, não sei o que foi feito delas; sem dúvida, na maior parte, morreram por sua vez? Há um momento em que as próprias testemunhas morrem sem testemunhas. (...) (A morte, a verdadeira morte, é quando morre a testemunha mesmo. Chateaubriand diz de sua avó e de sua tia-avó: “Talvez seja eu o único homem no mundo a saber que essas pessoas existiram” sim, mas como ele o escreveu, nós também o sabemos, desde que pelo menos leiamos ainda Chateaubriand (p.449).

Segundo Barthes, há um elo de testemunhas que cercam a existência dos sujeitos. Quando o último elo dessa corrente se vai, desaparecemos. Enquanto isso não acontece, nossa existência sobrevive na narrativa desses testemunhos.

Tudo isso me faz lembrar de uma cena que testemunhei no Córrego em 2005, na última vez que vi Tio Dionísio. Os anos de 2005 e 2006 foram muito difíceis para os Januários. Muitos moradores mais velhos faleceram, entre eles um dos homens mais respeitados da família Januário. Dionísio José de Souza, bisneto de Joaquim José Ribeiro, pioneiro fundador da cidade de Inhapim, era um verdadeiro guardião da memória e da natureza do Córrego.

Figura 30 - Família do Tio Dionísio

Em todas as viagens que eu fazia ao Córrego, sempre ia visitar Tio Dionísio e Tia Oscarina. Naquela manhã de setembro, encontrei também os filhos Marquinhos e Jupira. Tio Dionísio estava bem doente e com muita dificuldade para falar. Sentamos na mesa e o que presenciei foi um momento de rara beleza, em que Marquinhos e Jupira falaram do pai e este pôde ouvir. Os filhos davam testemunhos da sabedoria do pai na relação com o meio ambiente, com a natureza, diante da escuta atenta e satisfeita de Tio Dionísio, considerado pelos filhos como um visionário nessa questão. Eles sentem que precisam dar continuidade ao legado do pai:

***Jupira:** Mas falando a questão de plantar, o papai ele teve essa idéia de plantar. O papai, ele via uma coisa diferente ele trazia, uma semente, papai sempre trouxe. Né, pai? O senhor sempre plantou. E hoje isso ficou pra nós. Nós temos que herdar isso. E eu queria continuar, conservar as que o papai plantou e o que eu puder*

plantar mais eu quero plantar, viu? Eu queria dar nome. Eu queria dar nome de cada planta, sabe. De cada planta eu colocar o nome. Porque você chega, um menino mais novo, por exemplo, os nossos sobrinhos vão chegar, se a gente morrer eles não vão saber nem que árvore é aquela.

Denise: *O Tio Dionísio tem uma visão de se preocupar com o futuro, com os descendentes, com as gerações que vêm, né?*

Jupira: *Com o depois. Cem anos, cinquenta anos depois. É o que a gente vê aí hoje. Por exemplo, se a gente for plantar jabuticaba hoje, dizem que é 14 anos, né, Marquinhos?*

Marquinhos: *14 anos pra um pé de jabuticaba produzir.*

Oscarina: *Seu pai fala 18.*

Denise: *Ele tá rindo, olha.*

Oscarina: *Olha, ocês presta atenção, ele tá escutando tudo que ocês tá falando. Ocês viram ali embaixo como é que tá cheio de pezinho de jabuticaba. Quer dizer que aquele mais velho ele pode morrer tem um outro que vai sair.*

Marquinhos: *Mas o papai falava que era 14 anos pra dar jabuticaba, mas ele falava: vou plantar, fica pra quem vier. E hoje o papai tá assistindo. Tá tudo dando jabuticaba.*

Jupira: *Igual ali embaixo, aquelas árvores ali, ele não gostava que mexesse nada ali, falava: isso aqui não pode mexer. Agora vem o pessoal aí falando da natureza, que tem que ter árvore, que tem que ter mais não sei o quê, e papai já fez isso há muito tempo... Então eu acho assim, nós precisamos preservar isso que o papai deixou pra nós. Se ocês procurar, ocês chega lá embaixo e procura assim: eu quero tal planta. Eles vão falar: vai lá no Dionísio que ocê acha, né, Marquinhos? Sempre chega alguém aqui procurando, folha de chá. Viu? Babosa.*

Marquinhos: *Olha, quando o Milton teve úlcera no estômago, o Milton do Tio Astolfo tava lá em Belo Horizonte, aí ele tava falando com um mecânico aí, um velhinho: ô meu filho, barbatimão é muito bom pra isso, só que eu não sei onde tem. Eu contei isso pro papai e ele disse: lá no mato do Adenor tinha uma árvore em tal lugar assim assim, vai lá que ela tá lá. O Milton foi lá e achou a árvore. Só tinha essa árvore por aqui.*

Jupira: *Impressionante, viu?!*

Marquinhos: *Papai tava lá embaixo no campo, num tempo muito seco, o pessoal querendo plantar, naquela ansiedade pra plantar, fazer o plantio e não vinha chuva, aí papai, sentado no campo o papai falou assim: gente, de hoje a três dias vai chover. Aí o Guilherme do Tio Astolfo: ô Tio Dionísio, se for verdade eu dou um beijo no senhor. No outro dia cedinho o Guilhermne chegou lá em casa cedinho debaixo de chuva, já tava chovendo já. No outro dia cedo, sabe. É uma coisa que, tem que conhecer, né? Tem que conhecer pra falar.*

Denise: *Isso é fruto da observação, da experiência com a natureza, de uma outra relação que a gente foi perdendo, né?*

De repente, Tio Dionísio rompe o longo silêncio e diz:

Dionísio: *Era uma coisa que a gente foi criado assim, vocês sabem disso. A gente foi criado assim, aquele pau que tá ali, ó, aquilo foi plantado, aquela árvore ali. Quando tá vermelhinho pode esperar, que se não chover vai dar uma revoada no tempo.*

Toquinho: *Quando ele tá com a flor vermelha?*

Dionísio: *As flor dele quando tá nova assim é toda vermelha.*

Jupira: *Aquela árvore quando tá com a flor nova aí vai chover. Eles falam isso também. A folha dela é diferente. O papai sempre falou, que se fosse, que ele*

queria estudar, ele não estudou, não, mas se fosse estudar ia fazer história. Ele gosta. Ele conhece todos presidentes, ele sabe detalhes.

Marquinhos: *Como diz a mãe: Dionísio falou, é mesmo. Até hoje é assim. Marquinho, o Dionísio falou, é mesmo.*

Jupira: *Falou, tá falado. Pode até falhar, mas nunca vimos, não. Né, mãe? Pode até ter falhado, mas nós não vimos não, né, papai?*

Denise: *Ele tá achando graça.*

Essa foi a última vez que estive com Tio Dionísio. Poucos meses depois também morria Tia Oscarina. Os testemunhos da pesquisadora, de Jupira, Joana e Marquinhos (filhos do casal) compõem hoje na Casa de Memória e Cultura o estandarte intitulado “Dionísio José de Souza e Oscarina Aurélia”.

Figura 31 - Tio Dionísio e Tia Oscarina na festa de homenagem à Família Januário

Os contos e imagens deles estão juntos com o estandarte de Dedé, pois todos deixaram um legado de preocupação com os vindouros, com a terra, com a natureza. Ao testemunhar a existência de Dionísio e Dedé, encontrei um legado de delicadeza que procurei apresentar e fazer ressoar na Casa de Memória e Cultura.

Figura 32 - Dedé, na escola, ensinando a plantar jabuticabeira (Foto de Toquinha)

Transformar esse testemunho em narrativa foi meu esforço metodológico. A Casa de Memória e Cultura abriga hoje os testemunhos de tantos Januários que em “contos e imagens” narraram junto comigo a história desse povoado.

Segundo Benjamin (1994), entre os narradores anônimos existem dois grupos: o narrador-sedentário e o narrador-marinheiro.

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante (p.198-199).

Este trabalho traz em seu bojo uma outra categoria que se entrelaça com as duas primeiras: a do narrador-testemunha. Aflige-me o abismo entre as gerações. O legado de algumas pessoas que pensaram um tempo da delicadeza me interessa. Quero ser testemunha desse legado e transmiti-lo, narrá-lo como experiência. O tempo da delicadeza talvez seja esse tempo em que vislumbramos o futuro no presente, de “olhos dados” com o passado. Um tempo em que pensamos nos que ainda vão nascer e nos comprometemos com os “vindouros” aqui e agora. O tempo da delicadeza é também um tempo de escuta. De sermos testemunhas, ouvintes de experiências que se não ouvirmos podem ficar para sempre esquecidas. Há tanta gente no mundo hoje esquecida. Esse esquecimento é o

abandono. Como o monge de Manoel de Barros (2000), eu queria ajudar a construir abrigo para esse abandono, para esse esquecer.